



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS –	
PROCESSO Nº:	00001-00004917/2026-01
OBJETO:	Contratação de empresa especializada, <b>por meio de registro de preços</b> , para fornecimento e instalação, sob demanda, de divisórias de painéis cegos e/ou vidro com todos os complementos necessários (portas, fechaduras, maçanetas etc.) para atender às necessidades do edifício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital
VALOR TOTAL:	R\$ 777.984,16
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
INTERESSADO:	Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura - ASTEA
PARTICIPAÇÃO:	Ampla concorrência com tratamento preferencial (ME/EPP/Equiparados), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME	
DATA DE ABERTURA:	<b><u>25/06/2026</u></b>
HORÁRIO:	<b>9h30min</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO/UASG:	www.gov.br/compras - <b>UASG CLDF: 974004</b>
PREGOEIRO:	GUILHERME TAPAJÓS TÁVORA (designado pelo Ato do Presidente da CLDF nº 207, de 22 de abril de 2026, publicado no DCL nº 75, de 23 de abril de 2026).

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Toda a referência de tempo estabelecida no presente Edital corresponde obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

**EDITAL:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### OBSERVAÇÕES:

- O cadastramento no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) é essencial para o encaminhamento automático de mensagens a respeito do andamento do certame e a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF não se responsabilizará por erro no encaminhamento de mensagens aos licitantes ou interessados em virtude da ausência de informações ou do cadastramento com informações equivocadas.
- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do pregoeiro em sentido contrário.
- O pregoeiro tem base legal para desclassificar propostas que não sigam as orientações do edital, o que inclui o envio de documentos irrelevantes que tumultuam o processo. Portanto, **deve-se focar em enviar documentos que tenham conteúdo pertinente com as exigências do Edital e seus anexos.**



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS –

A Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, sediada no Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 - Térreo Inferior, por meio do pregoeiro Guilherme Tapajós Távora, designado pelo Ato do Presidente da CLDF nº 207, de 22 de abril de 2026, publicado no DCL nº 75, de 23 de abril de 2026, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento é o de **MENOR PREÇO**, nos termos das legislações que seguem e demais normas pertinentes:

- **Pregão:** Lei Federal nº 14.133/2021.
- **Pregão eletrônico:** Ato do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 374/2014, publicado no DCL nº 117, de 07 de julho de 2014, Instrução normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- **Legislação subsidiária:** Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Distrital nº 4.611/2011, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- **Sanções administrativas:** Lei Federal nº 14.133/2021, Ato da Mesa Diretora nº 92/2024, publicado no DCL nº 142, de 02 de julho de 2024, bem como as sanções estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada, por meio de registro de preços, para fornecimento e instalação, sob demanda, de divisórias de painéis cegos e/ou vidro com todos os complementos necessários (portas, fechaduras, maçanetas, etc.) para atender às necessidades do edifício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras do Governo Federal e as constantes do Edital, prevalecerão as últimas, visto que nem sempre é possível identificar nos catálogos (CATSER e CATMAT) códigos para itens com as especificações que se pretende contratar.**

**1.3.** Integram este Edital todos os seus anexos.

### 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**2.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**.

**2.2.** O pedido de esclarecimento e/ou impugnação deverá ser formulada **por escrito** e enviado para o e-mail: [cpc@cl.df.gov.br](mailto:cpc@cl.df.gov.br).

**2.3.** O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento e/ou impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

**2.4.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**2.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**2.6.** Caso a impugnação seja acolhida, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**2.7.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão juntadas aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no endereço eletrônico [www.cl.df.gov.br/pregoes](http://www.cl.df.gov.br/pregoes) e no Sistema de Compras do Governo Federal.

**2.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações vincularão os participantes e a CLDF.

**2.8.1.** O licitante interessado no objeto deste Pregão deverá acompanhar todas as informações a ele inerentes, sendo de sua responsabilidade as consultas aos endereços eletrônicos [www.cl.df.gov.br/pregoes](http://www.cl.df.gov.br/pregoes) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**2.8.2.** Caso seja enviado algum aviso por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, o licitante interessado no objeto do Pregão deverá seguir as informações/orientações nele contidas.

**2.9.** A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

**2.10.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**3.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.4.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.6.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.6.2.** Os documentos apresentados digitalmente no SICAF são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

**4.1.** Poderão participar deste processo licitatório os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**4.1.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**4.2.** Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato dela decorrente, direta ou indiretamente:

**4.2.1.** Aquele que não esteja credenciado na forma do Item 3;

**4.2.2.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**4.2.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.2.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.2.5.** Aquele que se encontre sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, bem como as estrangeiras que não tenham autorização para funcionar no País;

**4.2.5.1.** Poderão participar do certame as empresas que se encontrem em recuperação judicial, mediante a apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste a aptidão econômica e financeira da licitante que se encontre nessa situação.

**4.2.6.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.2.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CLDF ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.2.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.2.9.** Aquele que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

**4.2.10.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.2.11.** Agente público da CLDF;

**4.2.12.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**4.2.13.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da CLDF, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.2.14.** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**4.3.** O impedimento de que trata o item **4.2.6.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



- 4.4.** A critério da CLDF e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.2.3.** e **4.2.4.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.5.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.6.** O disposto nos itens **4.2.3.** e **4.2.4.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.7.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8.** A vedação de que trata o item **4.2.11.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.9.** Será observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 4.9.1.** O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo;
- 4.9.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006;
- 4.9.3.** No caso de ocorrer empate, conforme art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, os procedimentos para o desempate serão os previstos no art. 45 do mesmo dispositivo legal;
- 4.9.4.** **A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.9. fica limitada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**
- 4.10.** O disposto no item **4.9.** não é aplicado:
- 4.10.1.** No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 4.10.2.** No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## 5. DA VISTORIA PRÉVIA

**5.1.** A vistoria prévia é facultativa para o presente certame.

**5.1.1.** Entretanto, recomenda-se fortemente seja realizada vistoria prévia do local de realização do serviço no Edifício Sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal, localizado na Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Brasília/DF, CE 70.094-902, acompanhado do responsável designado pela CLDF, até o dia anterior à realização da sessão pública do certame, ocasião em que o representante da empresa poderá tomar conhecimento de todas as suas particularidades do local.

**5.1.2.** As vistorias deverão ser agendadas junto à Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura – ASTEA, pelo telefone (61) 3348-8559, no horário das 13h às 18h.

**5.1.3.** Ao término da vistoria, será emitido o Termo de Vistoria, conforme modelo constante do Anexo localizado no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**5.1.4.** A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação. Entretanto, a não realização da vistoria técnica representará anuência do licitante de que conhece detalhadamente todas as informações e condições, inclusive no que se refere ao local e ao padrão existente, para o cumprimento das obrigações do objeto deste TR, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações face ao desconhecimento da realidade do local e dos padrões exigidos para os serviços, além de eventuais dificuldades técnicas não previstas.

**5.1.5.** Caso a licitante opte por não realizar a vistoria/visita técnica, deverá entregar, juntamente com a documentação de habilitação, o Termo de Renúncia devidamente preenchido, conforme modelo constante no respectivo anexo localizado no item 13 do Termo de Referência. Nesta hipótese, não poderá alegar desconhecimento das condições do local, da área ou da infraestrutura existente.





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### 6. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS MATERIAIS

**6.1.** A prestação dos serviços ou a entrega dos materiais objeto deste instrumento ocorrerá nas dependências do edifício sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal, situado no endereço: Praça Municipal, Quadra 02, Lote 5, Brasília – DF, CEP: 70.094-902.

### 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**7.1.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**7.2.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **13.1.1.** e **13.11.1.** deste Edital.

**7.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**7.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**7.3.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**7.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**7.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**7.5.3.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**7.5.3.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**7.5.3.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**7.5.3.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**7.5.3.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**7.5.3.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**7.5.3.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**7.5.3.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**7.5.3.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**7.5.3.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**7.5.3.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações;

**7.5.3.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**7.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens **7.3.** ou **7.5.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**7.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**7.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**7.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**7.10.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**7.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**7.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**7.11.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **7.10.** Possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**7.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela CLDF ou de sua desconexão.**

**7.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 8. DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇOS NO SISTEMA

**8.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.2.** Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, **com valor unitário para cada item** em que deseja participar do certame, em moeda nacional do Brasil, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**8.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**8.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**8.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**8.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### 9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir os dados da proposta anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**9.2.1.** Será desclassificada a proposta inicial cadastrada no sistema que identifique o licitante.

**9.2.1.1.** A marca ou o modelo de produto que por nome ou exclusividade identifique o licitante deve ser cadastrada(o) sob a expressão "marca própria" ou "modelo próprio".

**9.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

### 10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**10.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário da proposta para cada item.**

**10.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**10.3.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento).

**10.5.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

**10.6.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.6.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.6.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.6.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.6.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.6.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.7.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**10.7.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.7.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.7.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**10.7.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.7.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**10.8.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "fechado e aberto"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**10.8.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **10.8.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**10.8.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.8.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.8.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.8.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.8.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.9.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.10.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.11.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.12.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.13.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.14.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**10.15.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**10.15.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.15.2.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**10.15.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.15.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.16.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.16.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.16.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**10.16.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**10.16.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**10.16.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.16.2.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item **10.16.1**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**10.17.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.17.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**10.17.2.** Empresas brasileiras;

**10.17.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**10.17.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.18.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.18.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela CLDF.

**10.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.18.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.18.4.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**10.19.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**10.19.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**10.19.2. A proposta deverá conter:**

a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;

b) dados bancários: nome do banco, número da agência e número da conta corrente;

c) **conter as especificações do objeto cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência e no Edital, conforme Planilha Modelo de Proposta de Preço, Anexo IV do Edital;**

d) **conter o valor unitário e total para cada item**, expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste Pregão. Havendo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

e) conter prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação;

**10.20.** O convocado terá sua proposta recusada/desclassificada quando deixar de enviar a proposta no prazo estabelecido no item **10.19.**, salvo se devida e tempestivamente justificado.

**10.21.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do objeto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

**10.22.** Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Após a fase de lances, o item restará fracassado caso os valores ofertados estejam acima do preço de referência e não se obtenha êxito na negociação.

**10.23.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **10.22.**

**10.24.** O descumprimento das regras supramencionadas pela CLDF por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



## 11. DA FASE DE JULGAMENTO

**11.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.2.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

**11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.**

**11.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**11.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

**11.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

**11.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado **inabilitado**, por falta de condição de participação.

**11.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**11.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.9.4.** e **7.5.** deste Edital.

**11.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**11.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**11.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**11.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**11.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CLDF;

**11.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**11.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CLDF.

**11.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**11.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**11.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.9.** Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**11.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**11.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital;

**11.9.3.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CLDF, independentemente do regime de execução;

**11.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela CLDF, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**11.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela CLDF, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



- 11.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à CLDF, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela CLDF, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 11.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 11.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 11.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 12. DA AMOSTRA

- 12.1.** O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostras para a qualidade do material, da tonalidade de cor e da conformidade com o padrão existente na Casa (inclusive em relação aos complementos, como maçanetas, etc.), que consistirá na montagem de um módulo de painel de divisórias (cega e/ou vidro) e de porta no edifício da CLDF, se a área técnica julgar necessário.
- 12.2.** Por se tratar de complementação das instalações existentes, os produtos deverão possuir características visuais e técnicas similares ao padrão da CLDF, inclusive quanto a cor, tonalidade, dimensões e desempenho, conforme especificações. Ademais, deverão permitir adaptações e encaixes precisos nas divisórias atuais do edifício, a fim de garantir a padronização visual e permitir a readequação ou o reaproveitamento do material em remanejamentos futuros.
- 12.3.** Desde que solicitadas, **as amostras deverão ser entregues pela licitante, nas dependências da CLDF, na Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura - ASTEA, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação feita pelo pregoeiro, via chat do Sistema de Compras do Governo Federal**, para avaliação por servidor indicado pela CLDF, conforme disciplinado no Item 4.4. do Termo de Referência – Anexo I do Edital.
- 12.3.1.** É de responsabilidade da licitante a escolha do meio de entrega, frete ou postagem da amostra para fins de cumprimento do prazo disposto no item **12.3**.
- 12.4.** Poderão ser exigidos, juntamente com as respectivas amostras, catálogos, laudos e os demais documentos técnicos para avaliação das especificações do(s) produto(s) apresentado(s), sendo que os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;
- 12.5.** A amostra deverá ser entregue com a seguinte identificação:

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

Objeto:

Área Demandante:

Nome do Licitante e número do CNPJ:

Identificação do Grupo/Item:

- 12.6.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será **recusada**.
- 12.7.** As amostras serão analisadas pela área técnica em até 3 (três) dias úteis e serão confrontadas em face das especificações técnicas expressas no Termo de Referência;
- 12.8.** Será informado a todos os licitantes, por meio do chat do Sistema de Compras do Governo Federal, a data, o horário e o local em que será realizada a análise da amostra.
- 12.8.1.** Os licitantes e interessados poderão acompanhar a análise das amostras, sendo desejável que confirmem presença pelo telefone da área demandante – ASTEA, (61) 3348-8559, no horário das 13h às 18h.
- 12.9.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 12.10.** O resultado da avaliação será divulgado por meio de mensagem no sistema.
- 12.11.** A reprovação da amostra, se ocorrer, será fundamentada.
- 12.12.** Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**12.13.** A amostra poderá ser devolvida à licitante nas condições em que se encontrar, desde que expressamente solicitado em até 10 (dez) dias após a recusa ou aceite.

**12.13.1.** Depois deste prazo, não sendo recolhida pela licitante, a CLDF poderá dar a ela a destinação que julgar conveniente;

**12.14.** A reprovação da amostra será fundamentada.

### 13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**13.1.** Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**13.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**13.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**13.3. Não será permitida a participação de consórcio de empresas**, conforme o disposto no item 7.3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**13.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**13.5.** Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**13.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

**13.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**.

**13.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

**13.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

**13.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e **mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação**, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**13.10.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**13.11.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**13.11.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro.

**13.11.2.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**13.11.3.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**13.12.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**13.12.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**13.12.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**13.13.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **13.11.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas**, para:

**13.13.1.** A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

**13.13.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**13.13.3.** Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

**13.13.4.** Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**13.14.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**13.15.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item **13.11.1**.

**13.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

**13.18.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**13.19.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.20.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**13.20.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**13.21.** Ressalvado o disposto no item **13.1.1**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **13.22. Habilitação jurídica:**

**13.22.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**13.22.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente ao Portal do Empreendedor.

**13.22.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**13.22.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**13.22.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**13.22.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**13.22.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

**13.22.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13.23. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**13.23.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**13.23.2.** Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**13.23.3.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**13.23.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**13.23.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**13.23.6.** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

**13.23.7.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o item **7.3.2.** deste Edital.

**13.23.8.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**13.23.9.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 13.24. Qualificação Econômico-Financeira

**13.24.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**13.24.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**13.24.2.1. ATENÇÃO: a apresentação dos balanços patrimoniais dos 2 (dois) últimos exercícios, sempre que exigida em edital, é obrigatória, mesmo para ME/EPP e equiparados (Art. 69, I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Acórdãos nº 133/2022, nº 1.857/2022 e nº 2.586/2024 – TCU Plenário).**

**13.24.2.2.** Os documentos referidos no item **13.24.2.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**13.24.2.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**13.24.2.4.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**13.24.2.5.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**13.24.3.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

**13.24.3.1.** A exigência de apresentação de índices se justifica por se tratar de contratação que terá duração inicial de 12 (doze) meses.

**13.24.4.** As empresas que apresentarem quaisquer dos índices calculados na qualificação econômico-financeira do SICAF (Índice Liquidez Geral – LG, Índice de Solvência Geral – SG e Índice de Liquidez Corrente – LC) menor do que 1 (um), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

### 13.25. Qualificação Técnica

**13.25.1.** Registro ou inscrição da licitante (pessoa jurídica) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em plena validade.

**13.25.2.** Comprovação de aptidão, por meio de um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional, em nome da licitante (pessoa jurídica), que comprovem a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da presente licitação, demonstrando o fornecimento de materiais e/ou a prestação de serviços equivalentes.

**13.25.2.1. Para fins de qualificação técnico-operacional,** deverá ser comprovado que a licitante realizou o fornecimento e a instalação de divisórias (cegas, mistas e de vidro), portas e demais complementos em quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas neste documento (itens de 01 a 08, exceto o item 04 – guichê).



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**13.25.2.1.1.** Para o item 04, não será exigida tal comprovação, por se tratar de item específico cujo processo de montagem é equivalente ao executado nos painéis de divisórias mistas – painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto (item 02).

**13.25.3.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações emitidos em períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**13.25.4.** O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado, identificação da licitante, descrição clara dos materiais fornecidos e/ou dos serviços prestados.

**13.25.4.1.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, se for o caso, cópia do contrato que deu suporte à contratação, nota de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os materiais e/ou prestados os serviços.

**13.25.5.** As licitantes deverão apresentar Licença de Operação (ou autorização ambiental, se for o caso), expedida pelo órgão competente da sede da licitante, com prazo de validade vigente em a data de abertura da licitação ou Declaração de Isenção de Licença Ambiental (ou isenção de autorização ambiental) de Funcionamento, expedida pelo órgão competente da sede da licitante, além do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, junto ao IBAMA.

**13.25.6.** No caso de uso de madeira, **ainda que não seja condição de participação e/ou habilitação**, recomenda-se que as licitantes apresentem documentos da origem da matéria-prima utilizada na fabricação do material, tais como Documento de Origem Florestal (DOF), Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), Conselho de Manejo Florestal (FSC) ou documentações afins.

**13.25.7.** Embora não seja obrigatória, recomenda-se a apresentação do certificado de conformidade das divisórias, consoante ABNT NBR 15141/2008.

**13.25.8.** As licitantes deverão apresentar **atestado de capacidade técnico-profissional**, mediante Certidão de Acervo Técnico – CAT ou similar, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, comprovando que o profissional de nível superior (Engenheiro Civil ou Arquiteto), que será o responsável técnico pela execução dos serviços, realizou serviços de características similares às do objeto licitado.

**13.25.8.1.** A comprovação do vínculo do profissional com a licitante (pessoa jurídica) poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho, ou do Contrato de Prestação de Serviços, ou do Contrato de Trabalho, ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, se nela constar o nome do profissional indicado.

**13.25.8.2.** Alternativamente, em opção ao solicitado nos itens anteriores, a licitante também poderá apresentar declaração de que, antes da data prevista para assinatura da Ata, disporá de profissional de nível superior (Engenheiro civil ou Arquiteto) que atenda aos requisitos técnico profissionais exigidos e que, na data indicada, apresentará a documentação.

**13.25.8.2.1.** A não apresentação da documentação de acordo com os referidos itens implicará em sanções à empresa, nos termos do item 12.1, inciso VI do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**13.25.9.** Será exigido do profissional responsável técnico pela execução dos serviços de instalação das divisórias respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

**13.26.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**13.26.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**13.27.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da CLDF, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**13.28.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a decadência do direito à contratação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**13.29.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos e as declarações prestadas, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a data e horário para sua continuidade.

**13.30.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**13.31.** No caso de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.32.** O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá consultar os sistemas de registros de sanções do TCU e do TCDF, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

**13.33.** Caso haja previsão no instrumento convocatório de cota reservada para as entidades preferenciais, e não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, nos termos do § 6º do art. 2º do Ato da Mesa Diretora nº 332, de 2025.

**13.34.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 14. DOS RECURSOS

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**14.3.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

**14.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos endereços constantes neste Edital.

### 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O resultado final do pregão será publicado na imprensa oficial e afixado no quadro de avisos da CPC/CLDF.

### 16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**16.1.** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**16.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela CLDF.

**16.3.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

**16.3.1.** O registro a que se refere o item **16.3.** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

**16.4.** É facultado à CLDF, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, convocar os licitantes listado no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para a assinar a ata de registro de preços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

**16.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a CLDF a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**16.6.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela CLDF por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.7. Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.**

### 17. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**17.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.1.1.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

### 18. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

**18.1.** A Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, localizada no Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, CEP: 70.094-902, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

**18.2.** Não haverá órgãos participantes – IRP, bem como não será permitida a adesão à respectiva ata pelos órgãos não participantes, conforme disposto no Item 6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

### 19. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**19.1.** A Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura - ASTEA será a unidade responsável pelos atos de controle e gerenciamento da ata de registro de preços decorrentes desta licitação e de seus saldos e do remanejamento das quantidades, observados, ainda, os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional publicado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

**19.2.** A convocação do fornecedor beneficiário pelo contratante será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.

**19.3.** O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**19.4.** Quando comprovada a hipótese acima, a ASTEA poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

### 20. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

**20.1.** Durante a vigência da ata, os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

**I** - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**II** - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**III** - resultante de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o setor ou unidade gerenciadora da CLDF convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**20.2.1.** Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**20.2.2.** Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item **20.2.1.**, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**20.2.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **21.2.**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**20.2.4.** Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual.

**20.3.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**20.3.1.** Para fins do disposto no item **20.3.**, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

**20.3.2.** Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **21.1.**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital, e em outras legislações aplicáveis.

**20.3.3.** Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **20.3.2.**, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**20.3.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **21.2.**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**20.3.5.** Na hipótese de comprovação do disposto nos itens **20.3.** e **20.3.1.**, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**20.3.6.** O setor ou unidade gerenciadora da CLDF deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual.

**20.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.**

## 21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

**21.1.** O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

**I** - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CLDF, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**IV** - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**21.1.1.** No caso do inciso IV do item **21.1.**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

**21.1.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item **21.1.** será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**21.2.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

**I** - por razão de interesse público;

**II** - pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

**III** - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## 22. DA CONTRATAÇÃO DERIVADA DA ATA

**22.1.** Após a assinatura da ata de registro de preços, o licitante vencedor será eventualmente convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**22.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela CLDF.

**22.3.** Incumbirá à contratante providenciar a divulgação do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet.

## 23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**23.1.** Estão compreendidos na fase externa da licitação todos os fatos e os atos praticados a partir da publicação do edital de licitação até a publicação do resultado.

**23.2.** Os licitantes e terceiros que cometerem infrações durante a fase externa da licitação estão sujeitos às seguintes penalidades:



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



- I** – multa pecuniária, sobre o valor estimado da contratação, de:
- a) 5% no caso de omissão, culposa ou dolosa, no envio de amostra convocada ou na documentação de habilitação exigida no certame após o aceite da proposta;
  - b) 15% no caso de o fornecedor apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- II** – impedimento de licitar e de contratar com o **Distrito Federal** pelo prazo de até 3 anos, para o licitante que descumprir com as regras legais e editalícias, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, com adequação punitiva balizada pelo seguinte rol exemplificativo de condutas e períodos sancionatórios:
- a) abandonar o certame após convocação de amostra: 6 meses;
  - b) não entregar documentação exigida para o certame após o aceite da proposta: 6 meses;
  - c) apresentar documentação falsa: 24 meses;
  - d) comportar-se de modo inidôneo: 24 meses;
  - e) cometer fraude fiscal: 36 meses;
- III** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 e máximo de 6 anos, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso II deste item, quando o licitante:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
  - b) fraudar a licitação;
  - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

**23.3.** Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**23.4.** Previamente à aplicação de sanções, a Administração avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidas e notificará o licitante no endereço eletrônico (e-mail) registrado no SICAF ou na proposta para lhe facultar defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, onde especificará as provas que eventualmente pretenda produzir.

**23.4.1.** É de responsabilidade dos licitantes a atualização dos seus registros no SICAF, especialmente o endereço eletrônico (e-mail).

**23.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade podem ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**23.6.** As multas cujo valor seja inferior aos respectivos custos de cobrança definidos pela CLDF podem, justificadamente e à discricionariedade da autoridade competente, ser convertidas em advertência nos casos em que tal medida não frustre o caráter pedagógico e preventivo do processo sancionatório.

**23.7.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**23.8.** Devem ser observadas as demais disposições constantes no Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.

## 24. DO PAGAMENTO

**24.1.** Para efeito de pagamento, o contratado deverá apresentar os seguintes documentos, podendo a critério da CLDF, serem substituídos pelo registro cadastral no SICAF, que dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta on-line:

**I – Certidão Negativa de Débitos – CND**, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/91);

**II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

**III - Certidão conjunta** emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31 de agosto de 2005;

**IV – Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal** do domicílio ou sede do contratado;

**V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**24.2.** O pagamento será efetuado conforme o disposto no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**24.3.** Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da CLDF, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

**24.4.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer etapa de cronograma ou obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### 25. DA GARANTIA CONTRATUAL

**25.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme determinado no Item 7.4. do Edital.

### 26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**26.1.** As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão à conta de dotação orçamentária própria da CLDF:

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.122.8204.1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF; SUBTÍTULO: 0001 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF- PLANO PILOTO; ELEMENTO DE DESPESA: 4490-52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.122.8204.1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF; SUBTÍTULO: 0001 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF- PLANO PILOTO; ELEMENTO DE DESPESA: 3390-39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

### 27. DA GARANTIA DO OBJETO

**27.1.** A garantia dos produtos está disposta no Item 7.5. do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

### 28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**28.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, **desde que não haja comunicação em contrário pelo pregoeiro.**

**28.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**28.3.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CLDF.

**28.3.1.** Na contagem dos prazos, serão observadas as seguintes disposições:

**28.3.1.1.** Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

**28.3.1.2.** Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

**28.3.1.3.** Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

**28.4.** Fica reservado à CLDF o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado conforme o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**28.5.** O contratado será obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**28.6.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (Lei nº 14.133/2021, art. 134).

**28.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da CLDF, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**28.8.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CLDF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**28.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**28.10.** Em caso de discordância entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o primeiro.

**28.11.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**28.12.** Sugere-se que as empresas licitantes realizem seu cadastramento junto ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI/CLDF, a fim de facilitar a tramitação contratual, seja no tocante à formalização da assinatura eletrônica dos contratos, seja no registro eletrônico da nota de empenho respectiva.

**28.13.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o da circunscrição judiciária especial de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**28.14.** O Edital está disponibilizado (**sem ônus**), na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e também poderá ser obtido por meio do sítio eletrônico da CLDF, através do link: [www.cl.df.gov.br/pregoes](http://www.cl.df.gov.br/pregoes).





## **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Comissão Permanente de Contratação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026**



**28.15.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser lidos e/ou analisados na Sede da CLDF, Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 - Térreo Inferior, CEP: 70.094-902, em Brasília/DF, telefone: (61) 3348.8650, de segunda a sexta-feira, das 09:30 às 12:00 horas e das 14:30 às 17:30 horas.

Brasília, 9 de junho de 2026

**GUILHERME TAPAJÓS TÁVORA**

*Pregoeiro*

**DANIEL LUCHINE ISHIHARA**

*Equipe de Apoio*

**MARCELO PEREIRA DA CUNHA**

*Equipe de Apoio*

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

SEGUNDA SECRETARIA

Diretoria de Administração e Finanças  
Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura**TERMO DE REFERÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (DIVISÓRIAS)****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada, por meio de registro de preços, para fornecimento e instalação, sob demanda, de divisórias de painéis cegos e/ou vidro com todos os complementos necessários (portas, fechaduras, maçanetas, etc.) para atender às necessidades do edifício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2. **NATUREZA:** Por se tratar de aquisição remunerada de bens duráveis com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência - TR, os quais serão incorporados às dependências da CLDF após a conclusão da instalação, a presente contratação possui objeto com natureza de BENS PERMANENTES/COMUNS, conforme estabelecido no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133 de 2021.

1.3. **QUANTITATIVOS:** Os quantitativos estão expressos no item 9 e no Anexo I deste Instrumento e foram levantados a partir do Estudo Técnico Preliminar e anexos (2529546 e 2570542).

**1.4. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:**

1.4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme previsto no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.2. A ata de registros de Preços poderá ser prorrogado por igual período nos termos da Lei nº 14.133/2021 e no interesse da Administração;

1.4.3. No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas;

1.4.4. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato será substituído por ordem de execução de serviço, ou ordem de serviço (OS), observando-se o disposto no respectivo Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente.

**1.5. REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1.5.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da assinatura da ARP;

1.5.2. Após o interregno de um ano de vigência da ARP, e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços registrados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice *pro rata*

*temporis* do IPCA ou INPC, escolhendo-se aquele que seja mais vantajoso para a Administração.

## 2. JUSTIFICATIVA - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação encontra sua fundamentação no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº SEI 2529546, devidamente aprovado (2582704), que detalha a necessidade e a viabilidade da aquisição. A demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 2529533.

2.2. O fornecimento e instalação **sob demanda** de divisórias de painéis cego e/ou vidro (portas, complementos, fechaduras, maçanetas, etc.) visa o atendimento das necessidades do edifício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, dentre elas:

2.2.1. A reposição de peças que, com o passar do tempo e seu uso, sofrem desgastes e necessitam de substituição integral ou parcial;

2.2.2. A readequação de espaços físicos, para melhor comportar as estruturas da Câmara Legislativa do Distrito Federal e para garantir a ergonomia e o conforto ambiental dos usuários; e

2.2.3. Possibilitar a alteração na compartimentação das áreas de trabalho no edifício sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) de forma prática e eficiente, com material reutilizável, atendendo-se a demandas advindas de reestruturações, criação e extinção de unidades, além de outras modificações necessárias para atendimento das necessidades institucionais.

2.3. Considerando que os produtos a serem adquiridos são para complementação e/ou modificação de um sistema preexistente de divisórias, os itens deverão ser adquiridos em único lote e possuir características visuais e técnicas similares e adaptáveis ao padrão de divisórias da CLDF.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Por se tratar de complementação das instalações existentes, os produtos deverão possuir características visuais e técnicas similares ao padrão de divisórias existentes na CLDF, inclusive quanto a cor, tonalidade e desempenhos (conforme especificação). Deverão, ainda, permitir adaptações e encaixes precisos nas divisórias existentes do edifício, a fim de garantir a padronização e permitir o reaproveitamento do material em remanejamentos futuros;

3.2. Todos os materiais a serem fornecidos deverão ser novos, de primeira linha, isentos de avarias, e atender às normas técnicas vigentes da ABNT e às especificações estabelecidas nos documentos técnicos do processo licitatório;

3.3. Os produtos deverão estar de acordo com a norma ABNT 15141/2008, ABNT NBR 10152/2017, IT 10 (Controle de materiais de acabamento e de revestimento), ABNT NBR 15.758/2008, ABNT NBR 14.715/2010, ABNT NBR 15.217/2018 e demais legislações ou normativos pertinentes;

3.4. As divisórias deverão possuir, no interior dos painéis cegos, isolamento com material termoacústico de fácil reaproveitamento - lã de PET densidade mínima de 30 Kg/m<sup>3</sup> ou material tecnicamente equivalente;

3.5. É necessário que o isolamento acústico mínimo do sistema de divisória seja de, no mínimo, 40 dB;

3.6. Os vidros deverão ser de segurança (temperado ou laminado) e possuir, no mínimo, 6 mm de espessura;

3.7. Os painéis cegos deverão ter tonalidade similar à do padrão existente. Ref.: MDF BP

Padrão Cinza Argila TX - BERNECK ou similar;

- 3.8. As persianas deverão ser em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura, aproximadamente, com cor similar ao padrão existente, e reguláveis;
- 3.9. Não serão aceitos produtos que não permitam adaptação e encaixes precisos nos módulos existentes no edifício da CLDF;
- 3.10. As divisórias e as portas deverão ser de piso a teto. O pé-direito dos ambientes no edifício da CLDF possuem uma variação **média** de 2,30m a 3,30m, o que não inviabiliza a eventual instalação dos produtos em ambientes com alturas distintas das mencionadas;
- 3.11. Caso haja necessidade, poderão ser instalados painéis com altura/modulação distinta da especificada;
- 3.12. Os itens de 01 a 08 deverão englobar todos os elementos necessários para a perfeita instalação dos módulos de divisórias e portas, ou seja os materiais acessórios (suportes, esquinas, perfis, persianas, dobradiças, fechaduras, maçanetas, juntas acústicas, perfis estruturais, batentes, ferragens, etc.) deverão ser fornecidos em conjunto com os materiais principais (divisórias, portas, etc.) a serem instalados. Os demais itens, tratam de itens/serviços avulsos que poderão ser utilizados para realização de manutenção ou complementação de módulos existentes;
- 3.13. Anteriormente à emissão de cada Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá entregar, juntamente com o orçamento solicitado, projeto de *layout* para a instalação das divisórias, contendo plantas e vistas, além de cotas e outras informações que se fizerem necessárias, para aprovação pelos fiscais técnicos da Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura - ASTEA;
- 3.14. Será exigido Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional ativo no CREA ou CAU, que será o responsável técnico pela execução do serviço de instalação das divisórias;
- 3.15. Deverão ser observados os requisitos técnicos abaixo para cada item que virá a compor a ata de registro de preços:

**Item 01** - Divisórias em painéis cegos do piso ao teto, com espessura mínima de 85 mm e máxima de 105 mm, confeccionados em MDP ou MDF, espessura mínima 15mm, revestidos em laminado melamínico BP, conforme o padrão existente no edifício. Ref.: MDF BP Padrão Cinza Argila TX - BERNECK ou similar. Topos das chapas de MDF ou MDP revestidas com fitas de borda de PVC 1 mm de espessura, semelhante à cor da chapa. Painéis fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (ou material equivalente), com molas e cantoneiras, sem que haja necessidade de grapas de ancoragem por gravidade, garantindo a estabilidade dimensional com alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto, além de saque frontal e individual dos painéis. O sistema não deve conter nenhum tipo de fixação aparente. Interior dos painéis em lã de PET com densidade mínima de 30 Kg/m<sup>3</sup> ou material termoacústico tecnicamente equivalente.

Passagem de fiação para telefonia, lógica e elétrica pelo interior dos painéis e dos caixilhos.

Nivelador de painéis cegos de alta resistência e que garanta precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa em alumínio extrudado. Junção entre painéis com aproximadamente 10mm e isolamento acústico proporcionado através de:

- Junta acústica externa: embutido em Cloreto de PoliVinila (PVC) ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixada aos perfis estruturais e pressionadas aos painéis adjacentes.

- Junta acústica interna: dupla em borracha Neoprene ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixadas por encaixe aos perfis estruturais.

Isolamento acústico mínimo de 40dBa.

Modulação padrão  $\cong$  1250 mm.



**Item 02** - Divisórias (mistas) em painéis cego com altura de 900 mm em relação ao piso, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, confeccionados em MDP ou MDF, espessura mínima 15mm, revestidos em laminado melamínico BP, conforme o padrão existente no edifício. Ref.: MDF BP Padrão Cinza Argila TX - BERNECK ou similar. Topos das chapas de MDF ou MDP revestidas com fitas de borda de PVC de 1 mm de espessura, semelhante à cor da chapa. Interior dos painéis cegos em lã de PET com densidade mínima de 30 Kg/m<sup>3</sup> ou com material termoacústico tecnicamente equivalente. Painéis em vidro duplo incolor e de segurança (temperado ou laminado), com espessura mínima de 6 mm, ancorados por borracha EPDM (ou material equivalente) e encaixilhados em perfis com meia esquadria (formam entre si ângulos de 45°), sem o uso de baguetes. Painéis fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (ou material equivalente), com molas e cantoneiras, sem que haja necessidade de grapas de ancoragem por gravidade, garantindo estabilidade dimensional com o alinhamento, esquadrejamento e contraventamento do conjunto, além do saque frontal e individual dos painéis. O sistema não deve conter a sua forma de fixação aparente.

Persianas, entre vidros, em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor de acordo com o padrão existente, com acionamento através de comando por botão e com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória, de forma a visualizar somente as régua de alumínio.

Passagem de fiação para telefonia, lógica e elétrica pelo interior dos painéis e dos caixilhos.

Nivelador de painéis cegos e de vidro de alta resistência, a fim de garantir a precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa em alumínio extrudado. Junção entre painéis com 10mm e isolamento acústico proporcionado através de:

- Junta acústica externa: embutido em Cloreto de PoliVinila (PVC) ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixada aos perfis estruturais e pressionadas aos painéis adjacentes.

- Junta acústica interna: dupla em borracha Neoprene ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixadas por encaixe aos perfis estruturais.

Isolamento acústico mínimo de 40dBa.

Modulação padrão  $\cong$  1250 mm.

**Item 03** - Divisórias em painéis com vidro duplo de piso ao teto, com espessura mínima de 85 mm e máxima de 105 mm, com vidro incolor e de segurança (temperado ou laminado), espessura mínima 6mm (3mm+PVB+3mm), ancorados por borracha EPDM (ou material equivalente) e encaixilhados em perfis com meia esquadria (45° graus), sem o uso de baguetes. Painéis fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (ou material equivalente), com molas e cantoneiras, sem necessidade de grapas de ancoragem por gravidade, garantindo estabilidade dimensional com o alinhamento, esquadrejamento e contraventamento do conjunto, além de saque frontal e individual dos painéis. O sistema não deve conter a sua forma de fixação aparente.

Persianas, entre vidros, em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor de acordo com o padrão existente, com acionamento através de comando por botão e com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória, de forma a visualizar somente as régua de alumínio. Espessura mínima do conjunto 85 mm e máxima 105 mm.

Nivelador de painéis de vidro em nylon de alta resistência, que garanta precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa em alumínio extrudado.

Junção entre painéis com 10mm e isolamento acústico proporcionado através de:

- Junta acústica externa: embutido em Cloreto de PoliVinila (PVC) ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixada aos perfis estruturais e pressionadas aos painéis adjacentes.

- Junta acústica interna: dupla em borracha Neoprene ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixadas por encaixe aos perfis estruturais.

Isolamento acústico mínimo de 40dBa.

Modulação padrão  $\cong$  1250 mm.

**Item 04** - Divisórias com guichê para atendimento (balcão) e em painéis cegos com altura de 900 mm em relação ao piso, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, confeccionados em MDF ou MDP, espessura mínima 15mm, revestidos em laminado melamínico BP, conforme o padrão existente no edifício. Ref.: MDF BP Padrão Cinza Argila TX - BERNECK ou similar. Topos das chapas de MDF ou MDP revestidas com fitas de borda de PVC de 1 mm de espessura, semelhante a cor da chapa. Interior dos painéis em lã de PET densidade mínima de 30 Kg/m<sup>3</sup> ou com material termoacústico tecnicamente equivalente. Painéis em vidro duplo incolor e de segurança (temperado ou laminado), com espessura mínima de 6 mm, ancorados por borracha EPDM (ou material equivalente) e encaixilhados em perfis com meia esquadria (formam entre si ângulos de 45°), sem o uso de baguetes. Painéis fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (ou material equivalente), com molas e cantoneiras, sem que haja necessidade de grapas de ancoragem por gravidade, garantindo estabilidade dimensional com o alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto, além do saque frontal e individual dos painéis. Abertura no vidro, de acordo com o projeto, para guichê de atendimento, estruturado com perfis de alumínio em meia esquadria (formam entre si ângulos de 45°). O sistema não deve conter a sua forma de fixação aparente.

Passagem de fiação para telefonia, lógica e elétrica pelo interior dos painéis e dos caixilhos.

Nivelador de painéis cegos e de vidro de alta resistência, a fim de garantir a precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa em alumínio extrudado. Junção entre painéis com 10mm e isolamento acústico proporcionado através de:

- Junta acústica externa: embutido em Cloreto de PoliVinila (PVC) ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixada aos perfis estruturais e pressionadas aos painéis adjacentes.

- Junta acústica interna: dupla em borracha Neoprene ou em material tecnicamente equivalente/superior, fixadas por encaixe aos perfis estruturais.

Isolamento acústico mínimo de 40dBa.

Modulação padrão  $\cong$  1250 mm.

**Item 05** - Módulo de porta cego com folha única do piso ao teto, confeccionada em MDP ou MDF, sem requadro e com preenchimento em material termoacústico ou em chapas de MDF prensadas (ou material equivalente), espessura mínima de 38mm, com bordas em PVC rígido em todo o seu perímetro, espessura aproximada de 2 mm. Revestida com laminado melamínico BP com cor conforme o padrão existente no edifício, Ref.: MDF BP Padrão Cinza Argila TX - BERNECK ou similar. Topos revestidos em perfil da mesma cor em todo seu contorno. Batentes em liga de alumínio extrudado, com acabamento no seu perímetro para isolamento sonoro e amortecimento de impacto, e com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa. Dobradiças em aço inox ou em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon (ou material equivalente), encaixadas ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos allen em aço inox e que permita a regulação da folha da porta e alteração de lado de abertura no próprio batente, sem troca de componentes. Conjunto de maçaneta fechadura, Ref.: La Fonte 515 AEE

ou similar, com acabamento cromado acetinado. Isolamento acústico mínimo de 40dBa. Modulação padrão  $\cong$  900mm.

**Item 06** - Módulo de porta cego com folha dupla do piso ao teto, confeccionada em MDP ou MDF, sem requadro e com preenchimento em material termoacústico ou em chapas de MDF prensadas (ou material equivalente), espessura mínima de 38mm, com bordas em PVC rígido em todo o seu perímetro, espessura aproximada de 2 mm. Revestida com laminado melamínico BP com cor conforme o padrão existente no edifício. Ref.: MDF BP Padrão Cinza Argila TX - BERNECK ou similar. Topos revestidos em perfil da mesma cor em todo seu contorno. Batentes em liga de alumínio extrudado, com acabamento no seu perímetro para isolamento sonoro e amortecimento de impacto, e com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa. Dobradiças em aço inox ou em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon (ou material equivalente), encaixadas ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos allen em aço inox e que permita a regulagem da folha da porta e alteração de lado de abertura no próprio batente, sem troca de componentes. Conjunto de maçaneta e fechadura, Ref.: La Fonte 515 AEE ou similar, com acabamento cromado acetinado ou puxador e aço escovado acetinado. Isolamento acústico mínimo de 40dBa. Modulação padrão  $\cong$  1.800mm.

**Item 07** - Módulo de porta com folha única do piso ao teto, em vidro duplo de segurança (laminado), com espessura mínima de 6mm. Espessura mínima da porta de 40 mm, encaixilhada em perfis de alumínio. Dobradiças em aço inox ou em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon (ou material equivalente), encaixadas ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos allen em aço inox e que permita a regulagem da folha de porta no próprio batente. Batentes em liga de alumínio extrudado, com acabamento no seu perímetro para isolamento sonoro e amortecimento de impacto e com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa. Persianas, entre vidros, em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor de acordo com padrão existente, com acionamento através de comando por botão e com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória, de forma a visualizar somente as réguas de alumínio. Conjunto de fechadura La Fonte 515 AEE ou similar, com acabamento cromado acetinado. Isolamento acústico mínimo de 40dBa. Modulação  $\cong$  900mm.

**Item 08** - Módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo de segurança (laminado), com espessura mínima de 6mm. Espessura mínima da porta de 40 mm, encaixilhados em perfis de alumínio. Dobradiças em aço inox ou em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon (ou material equivalente), encaixadas ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos allen em aço inox e que permita a regulagem da folha de porta no próprio batente. Batentes em liga de alumínio extrudado, com acabamento no seu perímetro para isolamento sonoro e amortecimento de impacto e com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa. Persianas, entre vidros, em lâminas horizontais de alumínio com 16mm de largura e cor a definir (de acordo com padrão existente), com acionamento através de comando por botão e com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória, de forma a visualizar somente as réguas de alumínio. Conjunto de fechadura La Fonte 515 AEE ou similar, com acabamento cromado acetinado. Isolamento acústico mínimo de 40dBa. Modulação padrão  $\cong$  1.800mm

**Item 09** - Conjunto de maçaneta e fechadura com acabamento cromado acetinado, de acordo com o padrão existente no edifício.. Ref.: La fonte 515 - AEE (conjunto 515) ou similar, com acabamento cromado acetinado.

**Item 10** - Persianas em lâminas horizontais de alumínio com aproximadamente 16mm de largura e cor conforme padrão existente no edifício.

**Item 11** - Vidro de segurança incolor (laminado ou temperado), com espessura mínima 6 mm.

**Item 12** - Puxador tubular reto em aço inox escovado acetinado, e  $\cong 1000$  mm e  $\varnothing \cong 25$  mm, de acordo com o padrão existente no edifício.

**Item 13** - Esquina em alumínio de piso a teto, compatível com as divisórias especificadas.

**Item 14** - Material para isolamento acústico de divisórias - lã de PET, com, no mínimo, 50mm de espessura e 30kg/m<sup>3</sup> de densidade, compatível com as divisórias existentes no edifício e com a fornecida nesta aquisição.

**Item 15** - Serviço de remoção (desmontagem, carregamento e/ou armazenamento nas dependências da CLDF) de divisórias existentes, em painéis cegos/mistos/vidro do piso ao teto, com espessura mínima de 85 mm e máxima de 105 mm, incluindo sua estrutura e complementos como portas, esquinas, persianas, perfis, dentre outros, de modo a preservar todos os elementos para futura remontagem.

**Item 16** - Serviço de montagem (carregamento, estruturação, fixações e encaixes) de divisórias existentes, em painéis cegos/mistos/vidro do piso ao teto, com espessura mínima de 85 mm e máxima de 105 mm, incluindo sua estrutura e complementos como portas, esquinas, persianas, perfis, dentre outros, deixando-os perfeitamente instalados para uso, conforme padrão adotado na CLDF.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. NORMAS ABNT

4.1.1. Os produtos deverão estar de acordo com as normas ABNT 15141/2008, ABNT 7199/2005, ABNT NBR 10152/2017, IT 10 (Controle de materiais de acabamento e de revestimento), ABNT NBR 15.758/2009, ABNT NBR 14.715/2010, ABNT NBR 15.217/2018 e demais legislações ou normativos pertinentes.

##### 4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2.1. Será requerido **registro ou inscrição da licitante** (pessoa jurídica) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em plena validade;

4.2.2. As licitantes deverão apresentar, para fins de **qualificação técnico-operacional**, um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante (pessoa jurídica), que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades de acordo com o objeto, demonstrando que a licitante realizou o fornecimento e instalação de divisórias (cegas, mistas e vidro), portas e demais complementos de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** das quantidades previstas neste documento (itens de 01 a 08, exceto item 04 - guichê). Para o item 04 não



será exigida tal comprovação por se tratar de um item específico, cujo processo de montagem é equivalente àquele realizado nos painéis de divisórias mistos - painel cego/ painel de vidro duplo do piso ao teto (item 02);

4.2.3. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações emitidos em períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

4.2.4. As licitantes deverão apresentar **Licença de Operação (ou autorização ambiental, se for o caso)**, expedida pelo Órgão competente da sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação ou **Declaração de isenção de licença ambiental (ou isenção de autorização ambiental)** de funcionamento, expedida pelo Órgão competente da sede da licitante. Ademais, quando for o caso, a licitante deverá apresentar o **Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, junto ao IBAMA;

4.2.5. No caso de uso de madeira, recomenda-se que as licitantes apresentem documentos da origem da matéria-prima utilizada na fabricação do material, tais como Documento de Origem Florestal (DOF), Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), Conselho de Manejo Florestal (FSC) ou documentações afins;

4.2.6. Recomenda-se que seja apresentado certificado de conformidade das divisórias, consoante ABNT NBR 15141/2008;

4.2.7. As licitantes deverão apresentar **atestado técnico-profissional**, mediante Certidão de Acervo Técnico – CAT ou similar, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, comprovando que o profissional de nível superior (Engenheiro Civil ou Arquiteto), que será o responsável técnico pela execução dos serviços, realizou serviços de características similares às do objeto licitado;

4.2.8. A comprovação do vínculo do profissional com a licitante (pessoa jurídica) poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, se nela constar o nome do profissional indicado;

4.2.9. Alternativamente, em opção ao solicitado no itens anteriores, a licitante também poderá apresentar declaração de que, antes da data prevista para assinatura da Ata, disporá de profissional e nível superior (Engenheiro civil ou Arquiteto) que atenda aos requisitos técnico profissionais exigidos e que, na data indicada, apresentará a documentação prevista no itens 4.28 e 4.29. A não apresentação da documentação de acordo com os referidos itens implicará em sanções à empresa, nos termos do item 12.1, inciso VI deste Instrumento;

4.2.10. Será exigido do profissional responsável técnico pela execução dos serviços de instalação das divisórias respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

#### 4.3. **VISTORIA**

4.3.1. Para um adequado conhecimento dos padrões solicitados e dos espaços físicos onde serão entregues/instalados os bens, com vistas a uma mais precisa elaboração da proposta, recomenda-se que o licitante realize vistoria nas instalações da CLDF, acompanhado por servidor designado pela ASTEA;

4.3.2. Os interessados poderão visitar os locais da entrega/instalação dos bens no seguinte endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Brasília/DF. As vistorias devem ser agendadas junto à Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura - ASTEA, pelo telefone (61) 3348-8559, no horário de 13h às 18h;

4.3.3. Ao término da vistoria, será emitido o Termo de Vistoria, conforme o modelo constante no respectivo anexo localizado no item 13 deste Termo de Referência;

4.3.4. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação. Entretanto, a não realização da vistoria técnica representará anuência do licitante de que conhece detalhadamente todas as informações e condições, inclusive no que se refere ao local e ao padrão existente, para o cumprimento das obrigações do objeto deste TR, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações face ao desconhecimento da realidade do local e dos padrões exigidos para os serviços, além de eventuais dificuldades técnicas não previstas;

4.3.5. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria/visita técnica, deverá entregar, juntamente com a documentação de habilitação, o Termo de Renúncia devidamente preenchido, conforme modelo constante no respectivo anexo localizado no item 13 deste Termo de Referência.

#### 4.4. **AMOSTRA**

4.4.1. Por se tratar de complementação das instalações existentes, os produtos deverão possuir características visuais e técnicas similares ao padrão da CLDF, inclusive quanto a cor, tonalidade, dimensões e desempenho, conforme especificações. Ademais, deverão permitir adaptações e encaixes precisos nas divisórias atuais do edifício, a fim de garantir a padronização visual e permitir a readequação ou o reaproveitamento do material em remanejamentos futuros;

4.4.2. Será exigida a apresentação de amostras para avaliação da qualidade do material, da tonalidade de cor e da conformidade com o padrão existente na Casa (inclusive em relação aos complementos, como maçanetas, etc.), que consistirá na montagem de um módulo de painel de divisórias (cega e/ou vidro) e de porta no edifício da CLDF, se a área técnica julgar necessário;

4.4.3. A empresa que apresentar a menor oferta será oficialmente convocada pelo Pregoeiro para apresentação da amostra(s), que deverá ser entregue, às suas próprias custas, na Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura (ASTEIA) em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de ciência e da convocação pelo Pregoeiro;

4.4.4. Poderão ser exigidos, juntamente com as respectivas amostras, catálogos, laudos e demais documentos técnicos para avaliação das especificações do (s) produto (s) apresentado (s);

4.4.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento. As amostras entregues poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, desde que expressamente solicitado;

4.4.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

4.4.7. As amostras serão analisadas pela área técnica em até 3 (três) dias úteis e serão confrontadas em face das especificações técnicas expressas neste Termo de Referência;

4.4.8. Caberá à licitante arcar com os custos relativos ao envio e devolução da amostra;

4.4.9. A amostra poderá ser devolvida à licitante nas condições em que se encontrar, desde que expressamente solicitado em até 10 (dez) dias após a recusa ou aceite. Depois deste prazo, não sendo recolhida pela licitante, a CLDF poderá dar a ela a destinação que julgar conveniente;

4.4.10. A reprovação da amostra será fundamentada.

## 5. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 5.1. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

5.1.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços.

### 5.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.2.1. O critério de julgamento do processo licitatório será do tipo **menor preço global por lote**, desde que atendidas as especificações constantes neste Termo de Referência;

5.2.2. As propostas das licitantes deverão seguir o Modelo de Proposta de Preços, consoante anexo localizado no item 13 deste Termo de Referência;

5.2.3. Na formação do preço das propostas dos licitantes, não poderão ser utilizados custos unitários superiores aos dos custos unitários de referência e o preço global somente poderá ser igual ou menor do que o preço de referência;

5.2.4. A adjudicação **não** será realizada por preços superiores aos valores estimados;

5.2.5. Os itens estão agrupados em lote único devido à necessidade de unidade e interoperabilidade do sistema, além da padronização de qualidade e acabamento com as divisórias existentes. Portanto, o lote deverá ser executado por uma empresa especializada (preço global por lote), evitando-se o comprometimento na instalação do conjunto na eventual separação de itens;

5.2.6. O agrupamento em lote se justifica pela economia de escala, pela redução de custos de gestão de um menor número de contratos e pela possibilidade de se economizar com transportes das mercadorias ao comprar os itens do mesmo fornecedor, respeitando-se o art. 40, §2º e §3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 6. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

( ) NÃO SE APLICA

( X ) SE APLICA. Justificativa:

O uso do Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade frequente de fornecimento e instalação dos itens discriminados neste Termo de Referência, bem como pelo fato de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ademais, o Sistema de Registro de Preços (SRP) tem como vantagem a eficiência administrativa, uma vez que garante a agilidade nas contratações e a redução dos custos operacionais e de estoque.

Nesse sentido, a contratação aqui pretendida está devidamente amparada na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento e instalação de itens sem a possibilidade de definição prévia do quantitativo a ser efetivamente utilizado.

### 6.1. Prazo para Intenção de Registro de Preço (IRP)

( ) PERMITIDA.

( X ) VEDADA. Justificativa:

Não será permitida a Intenção de Registro de Preço (IRP), em função da

exiguidade de tempo e da dificuldade no gerenciamento de eventuais participantes, pela atual carga de trabalho decorrente das diversas atribuições da Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura, inclusive pela ampliação de suas atividades nos últimos anos.

6.2. Adesão de outros órgãos à Ata de Registro de Preço (ARP), observado o que prevê o Ato da Mesa Diretora nº 62, de 2023, que regulamenta o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.

( ) PERMITIDA.  
( X ) VEDADA. Justificativa:

Não será permitida a adesão de outros órgãos à respectiva Ata de Registro de Preço (ARP) em função da dificuldade no gerenciamento de eventuais participantes, pela atual carga de trabalho decorrente das diversas atribuições da Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura, inclusive pela ampliação de suas atividades nos últimos anos, as quais contemplam o acompanhamento de serviços de engenharia, obras, execução contratuais, projetos, equipes de planejamentos, entre outras inerentes à unidade, com vistas a atender às necessidades da Câmara Legislativa do Distrito Federal na gestão de seu edifício-sede.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. PRAZO, FORMA DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1. A entrega do material, bem como sua instalação, deverá ser realizada em até **25 (vinte e cinco) dias corridos** após a emissão da Ordem de Serviço, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, situada na Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, Brasília - DF, CEP 70.094-902, em dia de expediente, no horário das 8 às 18 horas, para fins de recebimento, agendando-se previamente tal serviço com a ASTEA;

7.1.2. Conforme as necessidades, serão encaminhadas à CONTRATADA solicitações de proposta comercial, por meio de ofício ou mensagem eletrônica (e-mail);

7.1.3. Após o recebimento da solicitação de proposta comercial, a CONTRATADA terá até 7 (sete) dias úteis para encaminhar o orçamento do serviço solicitado acompanhado do respectivo projeto de *layout* para a instalação das divisórias, contendo plantas e vistas, além de cotas e outras informações que se fizerem necessárias, para aprovação pela Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura - ASTEA. Caso o local de realização dos serviços não esteja disponível para a aferição de medidas, é necessário que tal situação seja informada logo após a verificação do impedimento;

7.1.4. Depois de aprovado o orçamento e o projeto de *layout*, a Comissão Executora da Ata deverá encaminhar a Ordem de Serviço à CONTRATADA para que o material seja produzido, de modo a proceder-se a seu respectivo serviço de instalação;

7.1.5. A execução dos serviços se dará a partir de Ordens de Serviço (OS) que serão emitidas pela CONTRATANTE por meio de Comissão Executora da Ata. Cada OS indicará os quantitativos a serem adquiridos naquele momento;

7.1.6. Os materiais deverão ser entregues instalados no prazo máximo estipulado neste Termo de Referência a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço;

7.1.7. A critério da CONTRATANTE, os serviços poderão ser realizados durante finais de semana ou em horário diverso do padrão informado neste TR;



7.1.8. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação do Gestor do Contrato ou da fiscalização, as sobras de materiais decorrentes da realização de serviços, devendo apresentá-los ao Fiscal para avaliação de reaproveitamento, recolhimento ao depósito indicado pela CONTRATANTE ou descarte definitivo;

7.1.9. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto será recebido das seguintes formas:

7.1.9.1. Provisoriamente, realizado pela FISCALIZAÇÃO, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários;

7.1.9.1.1. O recebimento provisório, não configurado como aceite, obedecerá as seguintes fases:

- I - Entrega e instalação dos serviços/produtos/materiais, por parte da CONTRATADA, nas especificações exigidas e dentro do prazo estipulado;
- II - Análise da conformidade dos serviços/produtos/materiais após a efetivação da entrega;
- III - Emissão do termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais ou necessidade de eventuais correções/substituições, com base nas especificações contidas neste Termo de Referência, seus anexos e na amostra apresentada, quando for o caso.

7.1.9.2. Definitivamente, mediante termo detalhado, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais.

7.1.10. Os materiais instalados serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, após a comunicação oficial pela CONTRATADA do seu término, pelo (a) Servidor (a) ou Comissão Executora responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato. Durante este prazo, serão realizadas verificações de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e demais documentações pertinentes;

7.1.11. Os materiais, bem como os serviços de instalação, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e demais documentações pertinentes, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal da Ata, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.1.12. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do material, inclusive frete, movimentação dos materiais até as dependências do edifício da CLDF, fornecimento de mão de obra e equipamentos para viabilizar o transporte e a montagem/instalação e eventual descarte de sobras de materiais será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA;

7.1.13. O recebimento provisório e/ou definitivo não excluirá a responsabilidade da empresa CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades porventura detectadas durante a execução dos serviços e utilização do material, conforme garantia expressa no item 7.4 deste instrumento.

## **7.2. SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO POR MEIO DE CONSÓRCIO**

7.2.1. Trata-se de fornecimento e instalação de material comum e de baixa complexidade, embora de natureza específica e demandante de mão de obra especializada para instalação. Nesse sentido, não é tecnicamente recomendável a separação/parcelamento na aquisição dos itens, sob o risco de comprometer padronização, a eficiência do processo de instalação e o bom funcionamento do conjunto. Portanto, o lote decorrente de cada Ordem de Serviço deverá ser executado por uma única empresa

especializada. O preço global por lote visa a economicidade, tendo em vista tratar-se de sistema construtivo integrado.

7.2.2. É vedada a subcontratação devido à necessidade de unicidade no fornecimento e instalação do objeto licitado. A montagem e os diferentes componentes das divisórias precisam de padronização em sua qualidade e acabamento, configurando um único sistema.

7.3. Em conformidade com art. 15 da Lei nº 14.133/2021, está vedada a participação de empresas em consórcio neste certame, tendo em vista tratar-se de objeto de baixa complexidade. Conforme o Acórdão 1946/2006-Plenário do TCU, a participação de consórcios em torneios licitatórios cujos objetos são de baixa complexidade não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão 2813/2004-TCU-Primeira Câmara.

#### 7.4. **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.4.1. Não será exigida garantia contratual, tendo em vista tratar-se de registro de preços para execução parcelada a partir de emissão de ordens de serviço;

7.4.2. Em eventual contrato decorrente da ata de registro de preços, será exigida a garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

#### 7.5. **GARANTIA DO OBJETO:**

7.5.1. O prazo de garantia dos produtos é de, no mínimo, 12 (doze) meses contra vícios ou defeitos de fabricação e/ou de montagem;

7.5.2. O prazo de garantia se inicia somente após execução completa dos serviços, contada a partir da emissão do termo de recebimento definitivo;

7.5.3. A garantia é de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, mesmo que os produtos sejam fabricados por terceiros. Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a empresa contratada deverá complementar a garantia pelo tempo restante;

7.5.4. A CONTRATADA garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia e estará obrigada a substituir no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de comunicação feita pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, aquele que apresentar defeito.

#### 7.6. **CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:**

7.6.1. As licitantes deverão apresentar Licença de Operação (ou autorização ambiental, se for o caso), expedida pelo Órgão competente da sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação ou Declaração de isenção de licença ambiental (ou isenção de autorização ambiental) de funcionamento, expedida pelo Órgão competente da sede da licitante, além de certificado de regularidade de cadastro de atividades potencialmente poluidoras. Ademais, quando for o caso, a licitante deverá apresentar o Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, junto ao IBAMA.

7.6.2. No caso de uso de madeira, recomenda-se que as licitantes apresentem documentos da origem da matéria-prima utilizada na fabricação do material, tais como Documento de Origem Florestal (DOF), Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), Conselho de Manejo Florestal (FSC) ou documentações afins. Todavia, tais documentações não se consubstanciarão em condição para a participação/habilitação na licitação;

7.6.3. A opção pela lã de PET como isolante termoacústico nesta aquisição tem por finalidade, além da observância de práticas mais sustentáveis, uma vez que o material é

produzido a partir de reciclagem, não consome água em sua fabricação e dispensa o uso de resinas, a adoção de material hiopoalergênico, atóxico (oferecendo maior segurança em seu manuseio), não inflamável, autoextinguível (não propaga chamas), e de longa vida útil, tendo em vista o interesse em seu reaproveitamento nas mudanças de layout dos ambientes;

7.6.4. Todo material, peças e equipamentos a ser utilizado na execução dos serviços deverão considerar, sempre que possível, a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma;

7.6.5. As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela CONTRATADA e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas pelo fabricante, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata;

7.6.6. Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

7.6.7. A CONTRATADA será responsável pela destinação dos resíduos e pelos materiais instalados e substituídos durante a realização dos serviços, de acordo com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

## **8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **8.1.1. ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS:**

8.1.1.1. Emitir a Nota de Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA, anteriormente às respectivas Ordens de Serviço;

8.1.1.2. Encaminhar Ordem de Serviço à CONTRATADA, assim como o pedido de fornecimento e outros documentos, por carta com aviso de recebimento, e-mail ou por qualquer outro meio capaz de registro;

#### **8.1.2. RECURSOS FINANCEIROS E PAGAMENTO**

8.1.2.1. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação do serviço;

8.1.2.2. Atestar a fatura/Nota Fiscal correspondentes ao fornecimento, por intermédio do servidor competente;

8.1.2.3. Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

#### **8.1.3. APOIO À EXECUÇÃO:**

8.1.3.1. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, informações necessárias à execução do serviço;

8.1.3.2. Dar à CONTRATADA condições de trabalho, indicando locais próprios ao recebimento, transporte, guarda e instalação de materiais e equipamentos. A CONTRATANTE é isenta de qualquer responsabilidade sobre materiais, ferramentas e equipamentos durante a execução dos serviços;

#### **8.1.4. FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE:**

8.1.4.1. Acompanhar, controlar e avaliar o fornecimento e a montagem, observando os padrões de qualidade exigidos e especificações exigidas pela CLDF;

8.1.4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos materiais e serviços, por servidor (es) especialmente designado (s), anotando em registro próprio e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, quando for o caso;

8.1.4.3. Designar um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da entrega dos bens;

8.1.5. **CONTROLE, QUALIDADE, EXIGÊNCIAS E SANÇÕES:**

8.1.5.1. Exigir, a qualquer tempo, a substituição de qualquer item que julgar insuficiente, inadequado ou fora das especificações;

8.1.5.2. Rejeitar, formalmente e por escrito, no todo ou em parte, a entrega dos materiais que estiverem em desacordo com as especificações apresentadas neste Termo de Referência. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA;

8.1.5.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e em sua Proposta;

8.1.6. **COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE OCORRÊNCIAS:**

8.1.6.1. Comunicar oficialmente à CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas nos materiais fornecidos;

8.1.6.2. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais problemas ou imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.6.3. Cientificar a Diretoria de Administração e Finanças para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.2.1. **EXECUÇÃO DO OBJETO:**

8.2.1.1. Entregar todos os documentos necessários, especialmente a ART e/ou RRT em nome do(s) seu (s) responsável (s) técnico (s) antes da execução dos serviços;

8.2.1.2. Promover o fornecimento e a instalação dos itens conforme estabelecido neste instrumento, devendo observar os parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações da fiscalização;

8.2.1.3. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto, fornecendo e montando todo o material na forma especificada;

8.2.1.4. Proceder a minucioso exame de toda a documentação e elementos técnicos fornecidos previamente pela CONTRATANTE no certame para a perfeita execução dos serviços, não cabendo alegação futura de seu desconhecimento;

8.2.1.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

8.2.1.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.2.1.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.2.1.8. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos funcionários necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios, na qualidade e quantidade necessárias para correta e adequada execução do fornecimento e instalação dos materiais;

8.2.1.9. Entregar as peças e componentes nas condições e no prazo recomendável nesse Termo de Referência;

8.2.1.10. Entregar, às suas expensas, no local indicado pela CONTRATANTE, os materiais que serão utilizados nos serviços, que deverão ser novos, de boa qualidade e isentos de danos ou deformações.

#### 8.2.2. PRAZOS, GARANTIAS E CORREÇÕES:

8.2.2.1. Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas;

8.2.2.2. Reparar ou substituir, por sua conta, partes ou componentes eventualmente defeituosos, afetados pelo uso normal, durante o período de garantia;

8.2.2.3. Substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, dentro do prazo da garantia, qualquer material que houver fornecido que esteja defeituoso ou fora das especificações. Todas as substituições ocorrerão às expensas da CONTRATADA;

8.2.2.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.2.5. Retirar, nos termos da notificação da FISCALIZAÇÃO, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, tudo que não for aceito, em razão da qualidade dos materiais ou da mão de obra utilizados;

#### 8.2.3. GESTÃO DA EQUIPE E EXECUÇÃO OPERACIONAL:

8.2.3.1. Utilizar funcionários habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.2.3.2. Apresentar os funcionários devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.2.3.3. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos funcionários que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;

8.2.3.4. Instruir os seus funcionários quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.2.3.5. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos funcionários alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

#### 8.2.4. OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOCUMENTAIS:

8.2.4.1. Manter, durante o período de vigência da Ata de Registros de Preços, todas as condições e qualificações exigidas neste Termo de Referência;

8.2.4.2. Manter durante toda a vigência da ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.4.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

8.2.4.4. Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal, juntamente com demais documentos, correspondente ao fornecimento realizado, após o recebimento definitivo de cada ordem de serviço;



8.2.4.5. Submeter previamente, por escrito, à CLDF, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

8.2.4.6. Acatar as decisões e observações feitas pela FISCALIZAÇÃO, que serão formuladas por escrito e entregues à CONTRATADA;

8.2.4.7. Comunicar à CONTRATANTE eventuais divergências entre projetos, desenhos, especificações escritas e demais casos para que a FISCALIZAÇÃO resolva e/ou encaminhe à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.4.8. É de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer anotação na nota fiscal;

#### 8.2.5. RESPONSABILIDADES LEGAIS E FINANCEIRAS:

8.2.5.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE;

8.2.5.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não transferindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da CONTRATANTE, ou a terceiro;

8.2.5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.5.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

8.2.5.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

#### 8.2.6. NORMAS, SEGURANÇA E CONFORMIDADE:

8.2.6.1. Observar, rigorosamente, a legislação e as normas regulamentares emanadas pelos órgãos competentes;

8.2.6.2. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CLDF;

8.2.6.3. Cumprir rigorosamente os preceitos estabelecidos nas Normas de Segurança do Trabalho do MTE, no que couber (disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>);

8.2.6.4. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CLDF;

#### 8.2.7. FISCALIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E OCORRÊNCIAS:

8.2.7.1. Comunicar à FISCALIZAÇÃO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer irregularidade, ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.2.7.2. Paralisar, por determinação da CLDF, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

#### 8.2.8. MATERIAIS, LOGÍSTICA E ORGANIZAÇÃO:

8.2.8.1. Responsabilizar-se pelo transporte, manejo, guarda e utilização de

materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços durante sua execução;

8.2.8.2. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação do Gestor do Contrato ou da FISCALIZAÇÃO, as sobras de materiais decorrentes da realização de serviços, devendo apresentá-los ao Fiscal para avaliação de reaproveitamento, recolhimento ao depósito indicado pela CONTRATANTE ou descarte definitivo;

8.2.8.3. A CONTRATADA será responsável pela destinação dos resíduos e pelos materiais instalados e substituídos durante a realização dos serviços, de acordo com a legislação ambiental e sanitária vigentes;

8.2.9. CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

8.2.9.1. Aceitar acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições contratuais estipuladas, sem que lhe caiba qualquer reclamação, com amparo no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.9.2. Toda e qualquer alteração, no que couber, deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, vedada a modificação do objeto.

8.3. **FISCALIZAÇÃO**

8.3.1. A fiscalização técnica do contrato será exercida por servidores designados pela ASTEA;

8.3.2. Caberá ao Fiscal acompanhar a execução do contrato, tomando todas as providências necessárias para o seu cumprimento, consideradas as disposições deste Termo de Referência;

8.3.3. Caso o material apresente falha ou defeito durante sua utilização, dentro do período de garantia, o Fiscal notificará a CONTRATADA para substituí-lo. O não cumprimento por parte da CONTRATADA poderá ensejar aplicação de sanção administrativa;

8.3.4. A análise de conformidade do material será exercida por servidores técnicos da ASTEA;

8.3.5. A FISCALIZAÇÃO da CLDF não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CLDF ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 777.984,16 (setecentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos)**, conforme tabela abaixo e Mapa de Preços (2665213) elaborado pelo Núcleo de Instruções e Pesquisas de Preços.

VALORES ESTIMADOS DOS ITENS					
Itens	Descrição Resumida	Quantidade Estimada	Unidade de medida	Valor Unitário adotado	Valor Total

01	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel cego do piso ao teto.	150	m <sup>2</sup>	R\$ 853,11	R\$ 127.966,50
02	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	150	m <sup>2</sup>	R\$ 1.448,86	R\$ 217.329,00
03	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel em vidro duplo do piso ao teto.	50	m <sup>2</sup>	R\$ 2.148,57	R\$ 107.428,50
04	Divisórias com guichê para atendimento, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	30	m <sup>2</sup>	R\$ 1.790,00	R\$ 53.700,00
05	Módulo de porta cego com folha única do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	40	un.	R\$ 3.190,98	R\$ 127.639,20
06	Módulo de porta cego com folha dupla do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	3	un.	R\$ 5.055,00	R\$ 15.165,00
07	Módulo de porta com folha única do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	3	un.	R\$ 6.231,62	R\$ 18.694,86
08	Módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos	3	un.	R\$ 10.690,00	R\$ 32.070,00

	os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).				
09	Fechaduras ref. La fonte, 515 - AEE ou similar.	10	un.	R\$ 571,97	R\$ 5.719,70
10	Persianas em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor a definir.	30	m²	R\$ 461,08	R\$ 13.832,40
11	Vidro de segurança transparente (incolor), com espessura mínima de 6 mm.	30	m²	R\$ 496,50	R\$ 14.895,00
12	Puxador em aço escovado acetinado, e $\cong$ 1000 mm e $\varnothing \cong$ 25 mm.	5	un.	R\$ 746,20	R\$ 3.732,50
13	Esquina em alumínio compatível com as divisórias especificadas.	15	un.	R\$ 482,50	R\$ 7.237,50
14	Material para isolamento acústico de divisórias - lã de PET, com, no mínimo, 50mm de espessura e 30kg/m³ de densidade.	100	m²	R\$ 168,00	R\$ 16.800,00
15	Serviço de remoção de divisórias existentes.	100	m²	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
16	Serviço de montagem de divisórias existentes.	100	m²	R\$ 117,74	R\$ 11.774,00
-				<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>	<b>R\$ 777.984,16</b>

Obs.: 1- Os produtos deverão ser certificados de acordo com a norma ABNT 15141:2008.

2- As cores dos produtos deverão ser compatíveis com o padrão existente no edifício.

3- Os itens devem englobar todos os elementos necessários para a perfeita instalação dos módulos de divisórias e portas, conforme especificação.

\*m² - valor (R\$) por metro quadrado / un. - valor (R\$) por unidade - Fornecimento e instalação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente aquisição, se prosseguida, está em alinhamento com o planejamento anual das despesas com contratações da CLDF, constantes do Relatório "Detalhamento Setorial das Despesas da Câmara Legislativa - DSD".

- Programa de Trabalho: 01.122.8204.1006.0001 - REFORMAS E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF
- Elemento(s) de Despesa(s): 44.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
- ID 81.

10.2. Ademais, a aquisição está em consonância com o Objetivo Estratégico 12 – Estrutura, que consiste em *"assegurar a estrutura física e de segurança pessoal e predial, em condições necessárias ao adequado desempenho das atividades institucionais"*, conforme previsão contida no Planejamento Estratégico Institucional - PEI CLDF 2030.

## 11. PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados pela CLDF, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, no prazo de até 10 dias úteis, contados da data do recebimento definitivo do objeto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

11.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão CLDF;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- da regularidade trabalhista, constatada através da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e
- do cumprimento das obrigações trabalhistas e contribuições sociais, correspondentes à nota fiscal ou fatura a ser paga pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, se for o caso.

11.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, bem como não for possível acessar as certidões por meio dos sítios oficiais, a CONTRATADA deverá entregar as certidões correspondentes, em até 05 dias úteis.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento.

11.6. A parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do



IPCA.

11.7. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação ou quando existir qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

11.8. A critério da CLDF, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência de irregular execução contratual.

## 12. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a LICITANTE ou CONTRATADA que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato; compreendido o atraso sem comprometimento de interesses da CLDF;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - atrasar a execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Os LICITANTES ou CONTRATADOS que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, estão sujeitos às seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Art. 3º do AMD nº 92/2024:

- I - advertência, que é o aviso público, por escrito, emitido pela CLDF quando o licitante descumprir com quaisquer de suas obrigações, desde que não se trate de descumprimento que justifique a aplicação de penalidade mais grave;
- II - multa, cumulável com as demais sanções, calculada na forma do edital ou do contrato, que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;
- III - impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção referida no inciso III deste subitem.

12.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 12.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo subitem, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.4. As infrações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X do subitem 12.1 deste instrumento têm as seguintes definições, nos termos do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024:

I - A inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do subitem 12.1, compreende o atraso no início da execução contratual ou na entrega do bem e pelas seguintes ocorrências, além de outras estabelecidas no edital:

- a) serviço iniciado em desacordo com o contrato;
- b) descumprimento de prazo de entrega do serviço contratado sem justificativa ou consentimento da administração;
- c) utilização de materiais em desacordo com o contrato sem justificativa ou consentimento da administração;
- d) transferência a terceiros de parte da execução dos serviços contratados sem previsão contratual ou consentimento da administração;
- e) entrega de item em desacordo com as especificações;
- f) entrega de item em quantidade inferior àquela adjudicada.

II - A inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF, prevista no inciso II do subitem 12.1, é o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

III - A inexecução total do contrato, prevista no inciso III do subitem 12.1, compreende a recusa da prestação do serviço contratado ou a recusa em entregar o bem adjudicado e ainda:

- a) a entrega parcial do serviço que, por suas características, não possa ser concluído por meio de nova contratação;
- b) a entrega parcial de item que, por sua característica, somente tenha aplicação se entregue por completo.

IV - A falta de entrega de documentação exigida para o certame, prevista no inciso IV do subitem 12.1, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, ressalvadas exigências meramente formais ou falhas sanáveis, compreende:

- a) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- b) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- c) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

V - A não manutenção de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, prevista no inciso V do subitem 12.1, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, compreende:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame

VI - O atraso da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, previsto no inciso VII do subitem 12.1, considera-se como sendo aquele que inviabilize o cumprimento das obrigações e importe em consequências graves para a Administração, observando-se o seguinte:

- a) a conduta de inexecução parcial, que compreende a entrega do objeto fora do

prazo previsto, até o limite de 30 dias corridos, sujeitará a contratada à sanção calculada na faixa entre 0,5% e 5% sobre o valor total da contratação ou da parcela não entregue, conforme o caso, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso;

b) a conduta de inexecução total, que é caracterizada pela entrega além do prazo limite de 30 dias corridos, sujeitará a contratada à sanção calculada na faixa entre 5% a 10% sobre o valor total da contratação, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso, facultando-se à Administração aceitar ou não o objeto em atraso;

VII - A fraude de licitação ou a prática de ato fraudulento na execução do contrato, prevista no inciso IX do subitem 12.1, é a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da CLDF, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do mesmo subitem.

VIII- O comportamento de modo inidôneo e o cometimento de fraude de qualquer natureza, previsto no inciso X do subitem 12.1, compreendem a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras práticas que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

12.5. No caso de atraso na entrega de objeto fora do prazo, é facultado à CLDF admitir tolerância de até 5 dias de atraso sem a aplicação de penalidade de multa.

12.6. Não será admitido pedido de prorrogação do prazo de entrega de bem ou serviço. Eventual justificativa para o atraso incorrido pelo contratado deve ser analisada, no momento da efetiva entrega do bem ou serviço, pelo fiscal do contrato ou comissão, que pode afastar a mora ou dar início ao processo de aplicação de penalidade.

12.7. Os emitentes das garantias contratuais serão notificados pela CLDF quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais que ensejem a rescisão contratual ou a aplicação de penalidade de multa em valor superior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, salvo se houver valor a ser repassado à empresa suficiente para cobertura de eventuais obrigações e para cobrança da penalidade.

12.8. As sanções previstas no subitem 12.2 deste instrumento serão aplicadas de acordo com as disposições seguintes:

I - A ADVERTÊNCIA, prevista no inciso I do subitem 12.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial correspondente a:

- a) ausência de habilitação fiscal, trabalhista;
- b) falta de providência de reposição de pessoal;

II - A MULTA a ser aplicada por descumprimento de obrigações assumidas por ata de registro de preços deverá ter como base a parte inadimplida.

III - O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Distrito Federal, previsto no inciso III do subitem 12.2, será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 12.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV - A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, prevista no inciso IV do subitem 12.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 12.1 deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III do subitem 12.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.9. As infrações definidas no subitem 12.1 serão sancionadas de acordo com as disposições seguintes em conjunto com os critérios estabelecidos no subitem 12.10 deste instrumento, sem prejuízo da aplicação de outras disposições cominadas no edital ou contrato, quando a licitante ou a contratada:

- I - Der causa à inexecução parcial do contrato: penalidade de advertência;
- II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CLDF: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor do contrato/nota de empenho;
- III - Der causa à inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com Distrito Federal pelo período de 2 anos e multa de 5% a 10% do valor do contrato/nota de empenho;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ressalvadas meras falhas formais e passíveis de saneamento: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 6 (seis) meses;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal período de 6 meses;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 5% a 10% do valor do contrato/nota de empenho;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 1% a 5% do valor do contrato/nota de empenho;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor estimado da contratação ou contrato;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação.

12.10. A sanção é agravada ou atenuada conforme o juízo de adequação à infração praticada no caso concreto, considerando:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.12. São circunstâncias que agravam a sanção em 30% de sua pena-base, para cada agravante, até o limite máximo da sanção estabelecida na infração respectiva, as seguintes situações:

- I – a comprovação de que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;
- II – o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- III – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV – a reincidência;
- V - a interposição de recursos infundados com nítido caráter protelatório do certame;
- VI – a conduta deliberada da licitante de não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.13. Verifica-se a reincidência quando o infrator comete nova infração depois de responsabilizado definitivamente por infração anterior.

12.14. Para efeito de reincidência:

- I – considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II – não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 anos;
- III – não se verifica se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

12.15. São circunstâncias atenuantes, que reduzem a sanção em até 30% para quaisquer das penalidades impostas, quanto o infrator:

- I – não for reincidente;
- II – procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III – reparar o dano antes do julgamento;
- IV – confessar a autoria da infração.

12.16. Considera-se não reincidente aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou que já tenha sido reabilitado.

12.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeita o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

12.18. Não se aplica a regra prevista no subitem 12.17 se já houver ocorrido o julgamento



ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

12.19. O disposto no subitem 12.17 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

### 13. ANEXOS

13.1. **ANEXO I** - Modelo de propostas de preço;

13.2. **ANEXO II** - Atestado de Vistoria (visita técnica);

13.3. **ANEXO III** - Termo de Renúncia de Vistoria (visita técnica).

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS					
Itens	Descrição Resumida	Quantidade Estimada	Unidade de medida*	Valor Unitário*	Valor Total
01	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel cego do piso ao teto.	150	m <sup>2</sup>		
02	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	150	m <sup>2</sup>		
03	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel em vidro duplo do piso ao teto.	50	m <sup>2</sup>		
04	Divisórias com guichê para atendimento, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	30	m <sup>2</sup>		
05	Módulo de porta cego com folha única do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	40	un.		
06	Módulo de porta cego com folha dupla do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	3	un.		

07	Módulo de porta com folha única do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	3	un.		
08	Módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	3	un.		
09	Fechaduras ref. La fonte, 515 - AEE ou similar.	10	un.		
10	Persianas em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor a definir.	30	m <sup>2</sup>		
11	Vidro de segurança transparente (incolor), com espessura mínima de 6 mm.	30	m <sup>2</sup>		
12	Puxador em aço escovado acetinado, e $\cong 1000$ mm e $\varnothing \cong 25$ mm.	5	m <sup>2</sup>		
13	Esquina em alumínio compatível com as divisórias especificadas.	15	un.		
14	Material para isolamento acústico de divisórias - lã de PET, com, no mínimo, 50mm de espessura e 30kg/m <sup>3</sup> de densidade.	100	m <sup>2</sup>		
15	Serviço de remoção de divisórias existentes.	100	m <sup>2</sup>		
16	Serviço de montagem de divisórias existentes.	100	m <sup>2</sup>		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>		<b>R\$</b>			

Obs.: 1- Os produtos deverão ser certificados de acordo com a norma ABNT 15141:2008.

2- As cores dos produtos deverão ser compatíveis com o padrão existente no edifício.

3- Os itens devem englobar todos os elementos necessários para a perfeita instalação dos módulos de divisórias e portas, conforme especificação.

\*m<sup>2</sup> - valor (R\$) por metro quadrado / un. - valor (R\$) por unidade. Fornecimento e instalação.

<p style="text-align: center;"><b>ANEXO II</b> <b>ATESTADO DE VISTORIA (VISITA TÉCNICA)</b></p>
---

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita sobre o CNPJ nº \_\_\_\_\_, realizou,  
nesta data, VISITA TÉCNICA para conhecimento dos padrões  
requeridos e da situação existente no edifício-sede da Câmara  
Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em conformidade com o  
indicado no Termo de Referência, na pessoa de seu Representante  
legal ou Responsável Técnico (em conformidade com o Termo de  
Referência), o Sr.(a)\_\_\_\_\_, portador(a) do número do  
documento de identidade ou registro profissional\_\_\_\_\_, o(a)  
qual subscreve o presente.

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico da CLDF

\_\_\_\_\_  
Representante legal ou Responsável Técnico

**ANEXO III****TERMO DE RENÚNCIA DE VISTORIA (VISITA TÉCNICA)**

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio \_\_\_\_\_ do(a) \_\_\_\_\_ Senhor(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) do  
número do documento de identidade ou registro  
profissional \_\_\_\_\_, indicado expressamente como  
seu representante, declara que as informações contidas no  
Caderno de Especificações e Desenho Técnico, anexos ao Termo  
de Referência e ao Edital, são suficientes para conhecimento dos  
padrões requeridos e da situação existente no edifício-sede da  
Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e que se  
responsabiliza pela dispensa quanto à realização de vistoria prévia.  
Declara, ainda, que, apesar de sua renúncia, foi concedido o  
acesso às dependências do edifício da CLDF, por meio de cláusula  
expressa no Edital.

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal



Documento assinado eletronicamente por **BAIRON EMILIANO PEREIRA DA SILVA - Matr. 22698, Chefe da Assessoria Técnica de Engenharia e Arquitetura**, em 14/05/2026, às 16:42, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA FONTES RODRIGUES PANERAI - Matr. 22705, Consultor(a) Técnico-Legislativo**, em 14/05/2026, às 16:43, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MARINO KULLER - Matr. 23932, Consultor(a) Técnico-Legislativo**, em 14/05/2026, às 16:48, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUSTAVO RIBEIRO - Matr. 24327, Integrante Administrativo**, em 14/05/2026, às 17:45, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ULISSES PIMENTA - Matr. 24522, Consultor(a) Técnico-Legislativo**, em 14/05/2026, às 17:55, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **2666584** Código CRC: **1F6EDC80**.

---

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-8559  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [astea@cl.df.gov.br](mailto:astea@cl.df.gov.br)

---

00001-00004917/2026-01

2666584v29





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026 PROCESSO Nº 00001-00004917/2026-01 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF**, com sede no Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, CEP: 70.094-902, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.963.645/0001-13, representada por seu Secretário-Geral, João Monteiro Neto, consoante competência delegada pelo artigo 1º, inciso X, do Ato do Presidente nº 12/2025, com base em sua competência originária do art. 44, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno da CLDF, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) no Pregão Eletrônico para Registro de Preços - SRP nº 90019/2026, do Processo nº 00001-00004917/2026-01, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar no certame supracitado para o(s) item(ns) descrito(s) a seguir:

#### Item 1:

Quantidade:

Valor unitário:

Valor total:

Fornecedor:

Endereço:

Representante Legal:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada, por meio de registro de preços, para fornecimento e instalação, sob demanda, de divisórias de painéis cegos e/ou vidro com todos os complementos necessários (portas, fechaduras, maçanetas etc.) para atender às necessidades do edifício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

**2.2.** A partir da assinatura da ata de registro de preços o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga(m) a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito(s) às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**2.3.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a CLDF a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**2.4.** Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato será substituído por ordem de execução de serviço (OS), observando-se o disposto no respectivo Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

**3.1.** Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP.

**3.2.** Durante a vigência da ata, os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

**I** - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**II** - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**III** - resultante de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.3.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o setor ou unidade gerenciadora da CLDF convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**3.3.1.** Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**3.3.2.** Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item **3.2.1.**, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**3.3.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **4.2.**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**3.3.4.** Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual.

**3.4.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**3.4.1.** Para fins do disposto no item **3.3.**, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

**3.4.2.** Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **4.1.**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital, e em outras legislações aplicáveis.

**3.4.3.** Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **3.3.2.**, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**3.4.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **4.2.**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**3.4.5.** Na hipótese de comprovação do disposto nos itens **3.3.** e **3.3.1.**, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**3.4.6.** O setor ou unidade gerenciadora da CLDF deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual.

**3.5.** Após o interregno de 12 (meses) de vigência da ARP e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços registrados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice *pro rata temporis* do IPCA ou do INPC, escolhendo-se aquele que seja mais vantajoso para a Administração.

**3.6.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**4.1.** O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

**I** - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CLDF, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**IV** - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1.** No caso do inciso IV do item **4.1.**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção,



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

### Comissão Permanente de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

**4.1.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item **4.1.** será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**4.2.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

**I** - por razão de interesse público;

**II** - pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

**III** - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

**5.1.** Estão compreendidos na fase contratual todos os fatos e os atos praticados a partir da publicação do resultado da licitação ou do recebimento da nota de empenho até o termo final de todas as obrigações contratuais assumidas perante a CLDF, incluídas as obrigações de garantia.

**5.2.** Os licitantes ou contratados que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, estão sujeitos às seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I – advertência, que é o aviso público, por escrito, emitido pela CLDF quando a licitante descumprir com quaisquer de suas obrigações, desde que não se trate de descumprimento que justifique a aplicação de penalidade mais grave;

II – multa, cumulável com as demais sanções, que não pode ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

III - impedimento de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção referida no inciso III acima.

**5.3.** Os licitantes ou os contratados devem ser responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, compreendido o atraso sem comprometimento de interesses da CLDF;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - atrasar a execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**5.3.1.** As infrações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X do item **5.3** têm as seguintes definições:

I - a inexecução parcial do contrato prevista no item **5.3**, inciso I, compreende o atraso no início da execução contratual ou na entrega do bem e as seguintes ocorrências, além de outras estabelecidas no edital:

a) serviço iniciado em desacordo com o contrato;

b) descumprimento de prazo de entrega do serviço contratado sem justificativa ou consentimento da administração;

c) utilização de materiais em desacordo com o contrato sem justificativa ou consentimento da administração;

d) transferência a terceiros de parte da execução dos serviços contratados sem previsão contratual ou consentimento da administração;

e) entrega de item em desacordo com as especificações;

f) entrega de item em quantidade inferior àquela adjudicada.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



II – a inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF, prevista no item **5.3**, inciso II, é o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada;

III – a inexecução total do contrato, prevista no item **5.3**, inciso III, compreende a recusa da prestação do serviço contratado ou a recusa em entregar o bem adjudicado e ainda:

- a) a entrega parcial do serviço que, por suas características, não possa ser concluído por meio de nova contratação;
- b) a entrega parcial de item que, por sua característica, somente tenha aplicação se entregue por completo;

IV – a falta de entrega de documentação exigida para o certame, prevista no item **5.3**, inciso IV, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, ressalvadas exigências meramente formais ou falhas sanáveis, compreende:

- a) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- b) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- c) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

V - a não manutenção de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente, prevista no item **5.3**, inciso V, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, compreende:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame;

VI – o atraso da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, previsto no item **5.3**, inciso VII, considera-se como sendo aquele que inviabilize o cumprimento das obrigações e importe em consequências graves para a Administração, observando-se o seguinte:

- a) a conduta de inexecução parcial, que compreende a entrega do objeto fora do prazo previsto, até o limite de 30 dias corridos, sujeita a contratada à sanção calculada na faixa entre 0,5% e 5% sobre o valor total da contratação ou da parcela não entregue, conforme o caso, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso;
- b) a conduta de inexecução total, que é caracterizada pela entrega além do prazo limite de 30 dias corridos, bem como por outras condutas assim expressamente previstas no termo de referência ou projeto básico, sujeita a contratada à sanção calculada na faixa entre 5% e 10% sobre o valor total da contratação, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso, facultando-se à Administração aceitar ou não o objeto em atraso;
- c) além dos percentuais previstos neste inciso, devem ser observadas outras hipóteses de penalidade e respectivos percentuais definidos no termo de referência ou projeto básico, de acordo com o objeto contratado;

VII - a fraude de licitação ou a prática de ato fraudulento na execução do contrato, prevista no item **5.3**, inciso IX, é a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da CLDF, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do item **5.3**.

VIII – o comportamento de modo inidôneo e o cometimento de fraude de qualquer natureza, previsto no item **5.3**, inciso X, compreendem a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras práticas que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

**5.3.1.1.** No caso de atraso na entrega de objeto fora do prazo, é facultado à CLDF admitir tolerância de até 5 dias de atraso sem a aplicação da penalidade de multa.

**5.4.** As sanções de advertência e de multa, previstas nos incisos I e II do item **5.2**, são analisadas pelo fiscal do contrato ou pela comissão, que deve considerar os fatos e as circunstâncias conhecidas e encaminhar à Diretoria de Administração e Finanças - DAF para formulação do ofício de notificação à contratada.

**5.4.1.** O ofício a que se refere o item acima será encaminhado pela DAF ao endereço eletrônico (e-mail) registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou na proposta, para facultar à empresa a defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação.

**5.4.2.** O fiscal do contrato ou comissão analisará a defesa prévia em até 5 dias úteis e se manifestar pela continuidade ou encerramento do procedimento administrativo sancionatório.





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



- 5.4.3.** Indeferida a defesa prévia, o fiscal ou comissão encaminhará os autos à DAF para a elaboração de ofício de notificação da empresa, abrindo prazo para a apresentação de recurso em até 15 úteis, contados da data da notificação.
- 5.4.4.** Deferida a defesa prévia, o fiscal ou comissão encaminhará os autos à DAF para a elaboração de ofício de notificação da empresa, informando sobre o encerramento do procedimento administrativo sem aplicação de penalidade.
- 5.4.5.** Não sendo apresentada a defesa prévia no prazo estabelecido, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade, conforme art. 38, § 1º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 5.5.** A sanção de impedimento de licitar prevista no inciso III do item **5.2** é conduzida por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que deve avaliar os fatos e as circunstâncias conhecidas e formular relatório, com base no qual fará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF por meio do endereço eletrônico (e-mail) registrado no SICAF ou na proposta para lhe facultar defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, onde especificará as provas que eventualmente pretenda produzir.
- 5.5.1.** A comissão processante analisará a defesa prévia em até 05 dias úteis e se manifestará pela continuidade ou encerramento do procedimento administrativo sancionatório.
- 5.5.2.** Indeferida a defesa prévia, a comissão processante elaborará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF, abrindo prazo para a apresentação de recurso em até 15 dias úteis, contados da data da notificação.
- 5.5.3.** Deferida a defesa prévia, a comissão processante elaborará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF, informando sobre o encerramento do procedimento administrativo sem aplicação de penalidade.
- 5.5.4.** Não sendo apresentada a defesa prévia no prazo estabelecido, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade, conforme art. 38, § 2º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 5.6.** A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do item **5.2**, é conduzida por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que deve avaliar os fatos e as circunstâncias conhecidas e formular relatório, com base no qual fará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF por meio do endereço eletrônico (e-mail) registrado no SICAF ou na proposta para lhe facultar defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, onde especificará as provas que eventualmente pretenda produzir.
- 5.6.1.** A defesa prévia será avaliada inicialmente pela comissão processante que poderá decidir pela continuidade ou encerramento do procedimento.
- 5.6.2.** Sendo dada a continuidade ao procedimento, os autos serão encaminhados ao Secretário-Geral para a tomada de decisão em até 10 dias úteis, ouvindo previamente manifestação da Procuradoria-Geral da CLDF.
- 5.6.3.** Sendo deferida a defesa prévia, os autos serão encaminhados à DAF para notificação da empresa sobre o encerramento do procedimento.
- 5.6.4.** Não sendo apresentada a defesa prévia no prazo estabelecido, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade, conforme art. 38, § 2º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 5.7.** Da decisão que indeferir a defesa prévia para aplicar as sanções de advertência, multa e de impedimento de licitar, cabe recurso aos fiscais ou à comissão processante, no prazo de 15 dias úteis da data da notificação da decisão.
- 5.7.1.** Os fiscais ou a comissão processante, não reconsiderando o indeferimento da defesa prévia no prazo de 5 dias úteis, devem encaminhar o recurso ao Secretário-Geral com sua motivação, o qual, ouvida previamente a Procuradoria-Geral da CLDF, deve proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, conforme procedimento descrito no art. 38, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 5.7.2.** Em caso de não apresentação de recurso ou de manutenção da decisão pela penalidade após a fase recursal, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade no Diário da Câmara Legislativa – DCL, conforme previsto no art. 38, §§ 1º, 2º e 3º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024, conforme o caso.
- 5.8.** Da decisão que indeferir a defesa prévia para aplicar a sanção de declaração de inidoneidade, cabe pedido de reconsideração ao Secretário-Geral no prazo de 15 dias úteis da data de notificação do indeferimento, devendo ser proferida decisão sobre o pedido de reconsideração no prazo máximo de 20 dias úteis, ouvida previamente a Procuradoria-Geral da CLDF.
- 5.8.1.** Não sendo apresentado pedido de reconsideração ou sendo mantida a penalidade após análise do pedido de reconsideração, a decisão sancionatória será publicada no DCL, conforme art. 38, § 2º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 5.9.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, previstas no item **5.2**, incisos I, III e IV, podem ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, prevista no inciso II do item **5.2**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 5.10.** Não será admitido pedido de prorrogação do prazo de entrega de bem ou serviço.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



**5.10.1.** Eventual justificativa para o atraso incorrido pelo contratado deve ser analisada, no momento da efetiva entrega do bem ou serviço, pelo fiscal do contrato ou comissão, que pode afastar a mora ou dar início ao processo de aplicação de penalidade.

**5.11.** Os emitentes das garantias contratuais devem ser notificados pela CLDF quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais que ensejem a rescisão contratual ou a aplicação de penalidade de multa em valor superior a 50% do valor atualizado do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, salvo se houver valor a ser repassado à empresa suficiente para cobertura de eventuais obrigações e para cobrança da penalidade.

**5.12.** As sanções previstas no item **5.2** serão aplicadas de acordo com as disposições seguintes:

**5.12.1.** A advertência, prevista no item **5.2**, inciso I, é aplicada exclusivamente para a infração administrativa de inexecução parcial, correspondente à:

- a) ausência de habilitação fiscal ou trabalhista;
- b) falta de providência de reposição de pessoal;
- c) outras condutas definidas no Estudo Técnico Preliminar - ETP ou no Termo de Referência - TR como hipóteses da aplicação da sanção de advertência;

**5.12.2.** A multa a ser aplicada por descumprimento de obrigações assumidas por ata de registro de preços deve ter como base a parte inadimplida;

**5.12.3.** O impedimento de licitar e de contratar com o Distrito Federal, previsto no item **5.2**, inciso III, é aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **5.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 anos;

**5.12.4.** A declaração de inidoneidade, prevista no item **5.2**, inciso IV, é aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item **5.3**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **5.12.3**, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

**5.13.** As infrações definidas no item **5.3** são sancionadas de acordo com as disposições seguintes, em conjunto com os critérios estabelecidos no art. 20 do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024, sem prejuízo da aplicação de outras disposições cominadas no edital ou contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato: penalidade de advertência;

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CLDF: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor do contrato ou da nota de empenho;

III – der causa à inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com Distrito Federal pelo período de 2 anos e multa de 5% a 10% do valor do contrato ou da nota de empenho;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ressalvadas meras falhas formais e passíveis de saneamento: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 6 meses;

V – não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal período de 6 meses;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 5% a 10% do valor do contrato ou da nota de empenho;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 1% a 5% do valor do contrato ou da nota de empenho;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor estimado da contratação ou do contrato;





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação.

**5.14.** As multas cujo valor seja inferior aos respectivos custos de cobrança definidos pela CLDF podem, justificadamente e à discricionariedade da autoridade competente, ser convertidas em advertência nos casos em que tal medida não frustre o caráter pedagógico e preventivo do processo sancionatório.

**5.15.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**5.16.** Devem ser observadas as demais disposições constantes no Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.

**5.17.** As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**6.1.** Integram esta ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90019/2026 e seus anexos e a proposta do licitante vencedor do referido certame.

**6.2.** A ata de registro de preços não poderá ser utilizada por entidades e órgãos não participantes, de acordo com o disposto no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**6.3.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

**6.3.1.** O registro a que se refere o item **6.3.** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

**6.4.** É facultado à CLDF, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, convocar os licitantes listado no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para a assinar a ata de registro de preços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

**6.5.** Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, com observância das disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente.

**6.6.** A publicação resumida desta ata de registro de preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE.

**6.7.** Para as questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, as partes elegem o foro da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento eletronicamente.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Contratante:

\_\_\_\_\_  
Ordenador de Despesas - CLDF

Contratada:

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### ANEXO – CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

- 1) Na forma prevista na Ata de Registro de Preços, o presente Anexo destina-se ao registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.
- 2) O presente registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.
- 3) É facultado à CLDF, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, convocar os licitantes listados no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para assinar a ata de registro de preços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

#### Item 1:

Ordem de Classificação	Fornecedor/CNPJ	Quantidade	Valor unitário (R\$)
1			



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



## ANEXO III DO EDITAL - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel cego do piso ao teto	m²	150	853,11	127.966,50
2	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	m²	150	1.448,86	217.329,00
3	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel em vidro duplo do piso ao teto	m²	50	2.148,57	107.428,50
4	Divisórias com guichê para atendimento, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	m²	30	1.790,00	53.700,00
5	Módulo de porta cego com folha única do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	Unid.	40	3.190,98	127.639,20
6	Módulo de porta cego com folha dupla do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.)	Unid.	3	5.055,00	16.830,00
7	Módulo de porta com folha única do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	Unid.	3	6.231,62	18.694,86
8	Módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	Unid.	3	10.690,00	32.070,00
9	Fechaduras ref. La fonte, 515 - AEE ou similar.	Unid.	10	571,97	5.719,70
10	Persianas em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor a definir.	m²	30	461,08	13.832,40
11	Vidro de segurança transparente (incolor), com espessura mínima de 6 mm.	m²	30	496,50	14.895,00
12	Puxador em aço escovado acetinado, e $\cong$ 1000 mm e $\varnothing$ $\cong$ 25 mm.	Unid.	5	746,50	3.732,50
13	Esquina em alumínio compatível com as divisórias especificadas.	Unid.	15	482,50	7.237,50
14	Material para isolamento acústico de divisórias – lã de PET, com, no mínimo, 50mm de espessura e 30kg/m³ de densidade.	m²	100	168,00	16.800,00
15	Serviço de remoção de divisórias existentes.	m²	100	40,00	4.000,00
16	Serviço de montagem de divisórias existentes.	m²	100	117,74	11.774,00

### PREÇO GLOBAL ESTIMADO DO LOTE:

Setecentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos.

**777.984,16**

### Observações:

- 1) Os produtos deverão ser certificados, de acordo com a norma ABTN 15141:2008.
- 2) As cores dos produtos deverão ser compatíveis com o padrão existente no Edifício Sede da CLDF.
- 3) Os itens devem englobar todos os elementos necessários para a perfeita instalação dos módulos de divisórias e portas, conforme especificação.
- 4) Os produtos deverão estar de acordo com as normas ABNT 15141/2008, ABNT 7199/2005, ABNT NBR 10152/2017, IT 10 (Controle de materiais de acabamento e de revestimento), ABNT NBR 15.758/2009, ABNT NBR 14.715/2010, ABNT NBR 15.217/2018 e demais legislações ou normativos pertinentes.
- 5) \*m² = valor (R\$) por metro quadrado / Unid. = valor (R\$) por unidade + fornecimento e instalação.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Comissão Permanente de Contratação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026****ANEXO IV DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel cego do piso ao teto	m²	150		
2	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	m²	150		
3	Divisórias, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, tipo painel em vidro duplo do piso ao teto	m²	50		
4	Divisórias com guichê para atendimento, com no mínimo 85 mm e no máximo 105 mm de espessura, em painel cego/painel de vidro duplo do piso ao teto.	m²	30		
5	Módulo de porta cego com folha única do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc).	Unid.	40		
6	Módulo de porta cego com folha dupla do piso ao teto, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.)	Unid.	3		
7	Módulo de porta com folha única do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	Unid.	3		
8	Módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo de segurança, espessura mínima 6 mm, com todos os elementos necessários (dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.).	Unid.	3		
9	Fechaduras ref. La fonte, 515 - AEE ou similar.	Unid.	10		
10	Persianas em lâminas horizontais de alumínio com 16 mm de largura e cor a definir.	m²	30		
11	Vidro de segurança transparente (incolor), com espessura mínima de 6 mm.	m²	30		
12	Puxador em aço escovado acetinado, e $\cong$ 1000 mm e $\varnothing \cong$ 25 mm.	Unid.	5		
13	Esquina em alumínio compatível com as divisórias especificadas.	Unid.	15		
14	Material para isolamento acústico de divisórias – lã de PET, com, no mínimo, 50mm de espessura e 30kg/m³ de densidade.	m²	100		
15	Serviço de remoção de divisórias existentes.	m²	100		
16	Serviço de montagem de divisórias existentes.	m²	100		
<b>PREÇO GLOBAL DO LOTE:</b>					



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



Valor total por extenso: \_\_\_\_\_

### Observações:

1. Da proposta deverão constar todos os dados do item **10.19.2.** do Edital;
2. Os anexos do Termo de Referência deverão ser devidamente preenchidos, assinados e encaminhados juntamente com os documentos habilitatórios;
3. **ATENÇÃO! EVITEM DESCLASSIFICAÇÕES DESNECESSÁRIAS!**
  - 3.1. O pregoeiro tem base legal para desclassificar propostas que não sigam as orientações do edital, o que inclui o envio de documentos irrelevantes que tumultuam o processo. Portanto, deve-se focar em ser objetivo e cumprir apenas o exigido no termo de referência.
  - 3.2. Toda documentação habilitatória, além de estar atualizada, deverá ser encaminhada conforme a sequência disposta no instrumento convocatório, em formato PDF.

### Declarações:

1. Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
2. Serão cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação;
3. Somos conhecedores da legislação de regência desta licitação e declaramos que aceitamos as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus anexos, não havendo dúvidas acerca do seu conteúdo;
4. Renunciamos a qualquer direito de indenização ou reembolso de quaisquer despesas caso a presente proposta não seja aceita pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF;
5. Os produtos deverão estar de acordo com as normas ABNT 15141/2008, ABNT 7199/2005, ABNT NBR 10152/2017, IT 10 (Controle de materiais de acabamento e de revestimento), ABNT NBR 15.758/2009, ABNT NBR 14.715/2010, ABNT NBR 15.217/2018 e demais legislações ou normativos pertinentes.
6. Nos preços ofertados estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para a prestação do serviço licitado, assim entendidas não só as despesas diretas com a aquisição de materiais e pagamento de mão-de-obra, como também as despesas indiretas, dentre elas: transporte, know-how, royalties, despesas financeiras, serviços de terceiros, equipamento, contribuições previdenciárias, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço e demais despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas;
7. Não possuímos em nosso quadro funcional empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive ocupantes de cargos em direção e de assessoramento, tampouco de servidores efetivos ou Parlamentares desta Casa Legislativa;
8. O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias (não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega);
9. A empresa é/não é optante pelo Simples Nacional;
10. Modalidade da tributação: \_\_\_\_\_;
11. Em caso de divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

### DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CPNJ/Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone:

CEP:

E-mail:

### DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Banco:

Agência nº:

Conta-corrente nº:

Praça de pagamento: Brasília/DF

### DADOS DO PROCURADOR DA EMPRESA

Nome:

Estado civil:

CPF:

RG:

Telefone:

SSP/

E-mail:



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:

Estado civil:

CPF:

RG: SSP/

Telefone:

E-mail:

Cargo:

Instrumento que outorga poderes:

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026



### ANEXO V DO EDITAL – TERMO DE VISTORIA/RENÚNCIA DE VISTORIA

#### TERMO DE VISTORIA

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita sobre o CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do número do documento de identidade ou registro profissional \_\_\_\_\_, indicado expressamente como seu representante, realizou nesta data VISITA TÉCNICA para conhecimento das condições necessárias para execução do objeto referente ao Pregão Eletrônico nº 90019/2026 – SRP, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Brasília-DF, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Técnico da CLDF

\_\_\_\_\_  
Representante da empresa

#### TERMO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do número do documento de identidade ou registro profissional \_\_\_\_\_, indicado expressamente como seu representante, declara que as informações contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90019/2026 – SRP, são suficientes para confecção de proposta para o objeto do referido Pregão, e que se responsabiliza pela dispensa quanto à realização de vistoria. Declara, ainda, que foi concedido o acesso às dependências do edifício da CLDF, por meio de cláusula expressa no Edital.

Brasília-DF, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante da empresa